

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

AGNELSO OLIVEIRA PARÉ

**FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE FURAR E ATRAVESSAR
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À LUZ DA TEORIA DAS
OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS**

CÁCERES-MT

2026

AGNELSO OLIVEIRA PARÉ

**FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE FURAR E ATRAVESSAR
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À LUZ DA TEORIA DAS
OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação dos professores Dr. Albano Dalla Pria e Dr. Isael da Silva Sousa.

CÁCERES-MT

2026

© by Agnelso Oliveira Paré, 2026.

P227f Paré, Agnelso Oliveira.

FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE FURAR E ATRAVESSAR NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À LUZ DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS / Agnelso Oliveira Paré. - Cáceres, 2026.

67f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado",
Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Mestrado Academico, Universidade Do Estado De
Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado".

Orientador: Albano Dalla Pria.

1. Linguagem. 2. Operações enunciativas. 3. Sinonímia. I. Pria, Albano Dalla. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 81`232

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

AGNELSO OLIVEIRA PARÉ

**FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE FURAR E ATRAVESSAR
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À LUZ DA TEORIA DAS
OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Albano Dalla Pria
Orientador – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Isael da Silva Sousa
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Elizabeth Gonçalves Lima Rocha
Avaliadora Externa – CTT/UFPI

APROVADA EM: 27/02/2026

Dedico este trabalho ao criador de tudo e de todas as coisas, por conceder-me a existência neste mundo e a sabedoria necessária para vivenciá-la com fé e propósito. Aos meus avós, Lourdes Cleusa Silva Oliveira e Sabino de Oliveira, por cada gesto de amor, incentivo e exemplo de perseverança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, pela sabedoria e por iluminar meus passos durante toda esta caminhada. Aos meus amigos, pelo apoio constante, pela presença nas horas difíceis e pelas palavras de incentivo que tornaram o caminho mais leve.

Agradeço profundamente aos professores Dr. Albano Dalla Pria e Dr. Isael Silva Sousa, cuja orientação ultrapassou o âmbito acadêmico e se tornou um espaço de formação intelectual e humana.

Agradeço especialmente a Luana Gabriela Backes, pela amizade sincera e pelo apoio essencial nos momentos mais desafiadores. Estendo minha gratidão a Larissa Laura Jara de Campos, cuja presença e incentivo foram igualmente significativos ao longo deste percurso. Aos meus avós, Lourdes Cleusa Silva Oliveira e Sabino de Oliveira, deixo um agradecimento profundo por serem a base da minha formação, a força constante dos meus estudos e o maior exemplo de dedicação e perseverança. A todos os meus familiares, que de forma direta ou indireta estiveram ao meu lado para que este sonho se realizasse, expresse minha sincera gratidão. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido durante o desenvolvimento desta pesquisa.

“A linguagem é o espaço onde o pensamento se faz forma e o mundo se torna compreensível pelo gesto de representar.” (Antoine Culioli, Cognition and Representation in Linguistic Theory, 1995)

RESUMO

Temos como objetivo nesta pesquisa descrever o funcionamento semântico-enunciativo das unidades linguísticas “furar” e “atravessar” no português brasileiro, tomando como referencial a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), formulada por Antoine Culioli (1999a, 1999b, 2010) e desenvolvida por pesquisadores como Franckel e Paillard (2011), Rezende (2006) e Dalla Pria (2009). A investigação parte da problematização da noção de sinonímia tal como apresentada nas gramáticas normativas, representadas por autores como Bechara (2009), Cegalla (2008), Cunha e Cintra (2008) e Rocha Lima (2011), bem como em abordagens da semântica formal, a exemplo de Frege (2002), Kaplan (1989) e Cançado (2008). Ao examinar essas perspectivas, evidencia-se que a sinonímia, compreendida como equivalência entre unidades, não se sustenta quando confrontada com o funcionamento das ocorrências no interior do enunciado. O corpus é constituído por 7 enunciados extraídos de mídias digitais e jornais on-line, selecionados por evidenciarem diferentes configurações de relação prediativa. As análises foram realizadas por meio de reconstruções e reformulações, que permitiram explicitar as operações de representação, referenciação e regulação mobilizadas em cada ocorrência. Os resultados mostram que “furar” se estabiliza quando a relação prediativa configura um limite cuja incidência instaura descontinuidade no domínio, enquanto “atravessar” se estabiliza quando a ocorrência constrói um percurso no interior de uma extensão configurada como contínua. Em determinadas configurações, ambas as unidades podem aproximar-se, não por compartilharem identidade, mas porque o domínio construído torna compatíveis operações distintas. O percurso analítico permite afirmar que a questão da sinonímia não se resolve pela identificação de conteúdos partilhados, mas pela descrição das operações que configuram cada ocorrência. Ao evidenciar que “furar” e “atravessar” se distinguem pelo modo como organizam a relação prediativa, esta pesquisa mostra que a aproximação entre elas não decorre de identidade, mas de condições específicas de estabilização no domínio construído no enunciado.

Palavras-chave: linguagem; operações enunciativas; sinonímia; TOPE; furar; atravessar.

ABSTRACT

This dissertation aims to describe the semantic-enunciative functioning of the linguistic units “furar” and “atravessar” in Brazilian Portuguese, within the theoretical framework of the Theory of Predicative and Enunciative Operations (TOPE), developed by Antoine Culioli (1999a, 1999b, 2010) and further elaborated by scholars such as Franckel and Paillard (2011), Rezende (2006), and Dalla Pria (2009). The study begins by problematizing the traditional notion of synonymy as presented in normative grammars and in approaches within formal semantics, arguing that synonymy conceived as equivalence between units cannot be sustained when confronted with the functioning of actual utterances. The corpus consists of utterances extracted from digital media and online newspapers, selected for displaying different configurations of predicative relations. The analyses were conducted through reconstruction and reformulation procedures, which made it possible to explicate the operations of representation, referentiation, and regulation mobilized in each occurrence. The results show that “furar” stabilizes when the predicative relation configures a boundary whose incidence establishes discontinuity within the domain, whereas “atravessar” stabilizes when the occurrence constructs a path within an extension configured as continuous. In certain configurations, both units may approximate one another, not because they share an intrinsic value, but because the constructed domain allows compatibility between distinct operations. The analytical path thus demonstrates that the issue of synonymy cannot be resolved through the identification of shared contents, but through the description of the operations that configure each occurrence. By showing that “furar” and “atravessar” differ in the way they organize the predicative relation, this research argues that their approximation does not result from identity, but from specific conditions of stabilization within the domain constructed in the utterance.

Keywords: Language; Enunciative operations; Synonymy; TOPE.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PPGL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

TOPE – Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

QLT- Qualitativo

QNT- Quantitativo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Enunciado 3/.....	67
Figura 2 – Enunciado 4/.....	67
Figura 3 – Enunciado 5/.....	67
Figura 4 – Enunciado 6/.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistema de representação e seus níveis 32

Quadro 2 – Sistema do caminho até ocorrências 36

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I.....	16
1.1 A visão gramatical da sinonímia	17
1.2 Visão gramatical da Polissemia.....	19
1.3 A Sinonímia sob a Perspectiva da Semântica Formal.....	22
1.4 Síntese conclusiva	25
CAPÍTULO II.....	27
2.1. Língua e linguagem	27
2.2 Linguagem como uma atividade tripla: Representação, Referenciação e Regulação	30
2.2.1 Atividade de representação.....	30
2.2.2 Atividade de referenciação.....	32
2.2.3 Atividade de regulação.....	33
2.3 Noção e domínio nocional	34
2.4 O processo de construção do enunciado	36
2.5 A léxis	37
2.6 Relação Predicativa	38
2.7. Repérage e a construção dos valores referenciais.....	38
2.7.1 QNT e QLT na operação de determinação	40
2.8 Relação enunciativa.....	42
CAPÍTULO III.....	42
3.1 Ancoragem teórica	43
3.3 Constituição do corpus.....	44
3.4 Procedimentos de análise.....	44
3.5Análise do funcionamento semântico-enunciativo de furar e atravessar.....	45
3.5.1 Análises.....	46
3.6 Síntese conclusiva	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63
ANEXO 1	65

INTRODUÇÃO

Il n'y a pas relation terme à terme entre les représentations de niveau 1 et les représentations de niveau 2. Si nous avions une relation terme à terme, nous aurions une nomenclature dans le cas le plus grossier et, de façon plus générale, un codage. Or, on n'a pas un marqueur — une valeur. Nous pouvons avoir : un marqueur — plusieurs valeurs ; plusieurs marqueurs — une valeur. (CULIOLI, 1990, p. 22)¹

A linguagem não constitui um sistema estático nem um conjunto de correspondências fixas entre formas e conteúdo. Conforme propõe Antoine Culioli(1990), o que se observa na atividade de linguagem é um trabalho contínuo de construção e estabilização provisória de valores, resultante de operações cognitivas e enunciativas que o sujeito mobiliza ao organizar sua experiência no interior do enunciado. Nessa perspectiva, a estabilização de valores não é transmitida nem previamente depositada nas unidades linguísticas, ela se configura como efeito de operações que articulam representação, referenciação e regulação. É nesse horizonte teórico que se inscreve esta dissertação, cujo objetivo geral é compreender o funcionamento semântico-enunciativo das unidades linguísticas “furar” e “atravessar”, tomando como fundamento os dispositivos teórico-metodológicos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Parte-se do pressuposto de que as unidades linguísticas não possuem conteúdos estáveis, mas participam de processos operatórios que tornam possível a estabilização de valores no enunciado.

A escolha dessas duas unidades justifica-se pela recorrente interpretação de que, em determinados contextos do português brasileiro, “furar” e “atravessar” poderiam ser tomados como sinônimos. Tal aproximação, contudo, coloca em evidência um problema teórico central. Se os valores decorrem de operações e não de equivalências lexicais, torna-se necessário investigar quais mecanismos permitem que unidades com funcionamentos distintos possam, em certas condições, estabilizar valores e serem percebidas como próximas.

Desse modo, esta pesquisa não se orienta pela pergunta tradicional acerca de saber se tais unidades são ou não sinônimas. O que se busca é descrever as operações que sustentam

¹ Tradução do autor: Não há uma relação termo a termo entre as representações de nível 1 e as representações de nível 2. Se tivéssemos uma relação termo a termo, teríamos uma nomenclatura no caso mais elementar e, de modo mais geral, uma codificação. No entanto, não há um marcador —> um valor. Podemos ter um marcador —> vários valores; vários marcadores —> um valor.

seus usos e identificar as regularidades que emergem de suas ocorrências. Trata-se, portanto, de deslocar a sinonímia de uma concepção lexical para uma problemática operatória, na qual aquilo que se estabiliza não é uma propriedade da palavra, mas um efeito resultante do trabalho de localização, incidência e ajustamento realizado na atividade de linguagem. Ao examinar essas unidades, procura-se explicitar os mecanismos pelos quais cada uma estrutura o domínio nocional em que se inscreve.

O corpus desta pesquisa é composto por enunciados autênticos do português brasileiro contemporâneo, coletados em sites de notícias e mídias digitais (como X). A escolha por esse material decorre da necessidade de trabalhar com ocorrências efetivas da linguagem em uso, uma vez que é no enunciado que se tornam apreensíveis os traços das operações que organizam a significação. Foram selecionados enunciados que evidenciam a variabilidade situacional dessas unidades, permitindo observar como diferentes configurações predicativas e enunciativas participam da estabilização das construções dos valores.

O conjunto analítico reúne 7 enunciados, organizados de modo a possibilitar descrições finas dos funcionamentos observados. A análise não se orienta por critérios quantitativos, mas pela capacidade das ocorrências de tornar visíveis as operações em jogo. Assim, cada enunciado é tomado como um espaço de observação do trabalho de linguagem, no qual se busca reconstruir o percurso que conduz das representações às formas linguísticas.

Metodologicamente, as análises são realizadas por meio de procedimentos como reformulação, paráfrase e reconstrução. Tais procedimentos não se configuram como manipulações formais, mas como procedimentos analíticos que favorecem a explicitação das operações implicadas no funcionamento dos enunciados, permitindo examinar a estabilidade provisória das relações que ali se constroem e tornar observáveis as operações de representação, referenciação e regulação que sustentam esse funcionamento. Analisar, nesse enquadramento, implica reconstruir o movimento operatório por meio do qual as ocorrências se estabilizam na atividade de linguagem.

Esta pesquisa busca descrever os domínios nocionais ativados por cada unidade, identificar as operações de localização e incidência implicadas em suas ocorrências, analisar os modos de ajustamento que permitem aproximações circunstanciais entre elas e explicitar, por meio de representações metalinguísticas, como essas operações organizam o funcionamento semântico-enunciativo.

Para dar conta dos objetivos propostos, esta dissertação organiza-se em três capítulos que se articulam de maneira progressiva, conduzindo o leitor da problematização teórica que motiva a pesquisa às análises do funcionamento das unidades investigadas.

O primeiro capítulo dedica-se à problematização da noção de sinonímia a partir de duas tradições que exerceram forte influência sobre os estudos da significação: a gramatical e a semântica formal. Mais do que apresentar uma revisão dessas abordagens, busca-se evidenciar os limites de uma concepção fundada na equivalência entre unidades linguísticas, sobretudo quando confrontada com a variabilidade própria da atividade de linguagem. Esse movimento mostra-se fundamental para instaurar o deslocamento teórico que sustenta esta investigação.

No segundo capítulo, apresenta-se o quadro epistemológico e conceitual da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas que orienta o trabalho. São mobilizados conceitos centrais como atividade de linguagem, representação, referenciação e regulação, bem como as noções de domínio nocional, léxis, relação prediativa e relação enunciativa. Ao explicitar esse aparato teórico, delimita-se o lugar a partir do qual os enunciados serão apreendidos, assumindo que é no funcionamento operatório da linguagem que se tornam acessíveis os processos de estabilização interpretativa.

O terceiro capítulo volta-se ao percurso metodológico da pesquisa. Nele, descrevem-se os critérios de constituição do corpus, os princípios que orientaram a seleção dos enunciados e os procedimentos analíticos adotados. Parte-se do entendimento de que a análise linguística, no quadro da TOPE, consiste em reconstruir o movimento operatório que conduz das representações às formas linguísticas, razão pela qual se mobilizam procedimentos como reformulação, paráfrase e reconstrução, concebidos como instrumentos heurísticos capazes de tornar observáveis as operações implicadas no funcionamento dos enunciados. Esse capítulo também é dedicado às análises propriamente ditas, nas quais se descreve o funcionamento semântico-enunciativo das unidades “furar” e “atravessar” a partir dos enunciados que compõem o corpus. Busca-se, nesse momento, tornar visíveis as operações que organizam suas ocorrências, bem como as regularidades que emergem desse funcionamento, permitindo compreender em que medida aproximações circunstanciais podem ser construídas sem que se postule uma equivalência entre as unidades.

Ao desenvolver esta investigação, busca-se contribuir para os estudos da significação em uma perspectiva enunciativa, reafirmando a pertinência da Teoria das Operações

Predicativas e Enunciativas como um modelo capaz de descrever a linguagem enquanto atividade. Pretende-se, ainda, tensionar a noção tradicional de sinonímia, evidenciando que as proximidades observáveis entre unidades linguísticas não decorrem de correspondências prévias, mas de articulações operatórias que se estabilizam no interior dos enunciados. Assim, é nesse enquadramento que o presente trabalho se insere na linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Processos de Significação, propondo uma leitura que privilegia o caráter operatório da linguagem e amplia a compreensão do modo como as unidades linguísticas participam da construção dos valores na atividade enunciativa.

CAPÍTULO I

DAS RELAÇÕES DE SENTIDO ESTÁTICAS ÀS DINÂMICAS: A FICÇÃO DA SINONÍMIA

O presente capítulo tem como objetivo discutir a noção de sinonímia a partir de diferentes perspectivas teóricas, com ênfase no tratamento proposto pelas gramáticas tradicionais e pela semântica formal. A escolha desse recorte se justifica pelo fato de unidades como “furar” e “atravessar” serem frequentemente apresentadas como sinônimas em determinados contextos do português, o que torna pertinente examinar de que modo essa relação é definida, descrita e justificada nessas abordagens. Trata-se, assim, não apenas de compreender os pressupostos que orientam tais descrições, mas também de evidenciar as tensões que emergem quando essas formulações são confrontadas com a variabilidade dos funcionamentos observáveis na atividade de linguagem.

O capítulo trata da sinonímia nas gramáticas tradicionais, nas quais essa noção é geralmente caracterizada como uma relação de semelhança entre palavras, associada à possibilidade de substituição em determinados contextos. Ainda que essas descrições reconheçam restrições à intercambiabilidade plena entre unidades consideradas sinônimas, a sinonímia tende a ser apresentada como uma relação de valores estabilizada no plano lexical. Nesse mesmo quadro descritivo, mobiliza-se frequentemente a noção de polissemia, em geral compreendida como a existência de múltiplos valores atribuídos a uma mesma unidade, organizadas por meio de classificações e exemplificações.

O capítulo também considera o tratamento da sinonímia na semântica formal, que busca descrevê-la a partir de critérios de equivalência definidos em modelos abstratos de

representação. No entanto, ao operar com modelos idealizados, esse tipo de abordagem tende a afastar-se das condições efetivas de produção dos enunciados, o que limita sua capacidade de descrever a variabilidade dos funcionamentos linguísticos observáveis em ocorrências concretas.

A discussão dessas abordagens permite delimitar o problema teórico que orienta o desenvolvimento desta pesquisa. No quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a significação não é concebida como um conteúdo previamente associado às unidades linguísticas, mas como o resultado de operações que se organizam no funcionamento enunciativo. Esse deslocamento torna possível compreender por que relações tradicionalmente descritas como sinonímicas revelam-se instáveis quando examinadas em diferentes ocorrências. Essa perspectiva servirá de base para os capítulos analíticos subsequentes, dedicados à descrição do funcionamento semântico-enunciativo das unidades furar e atravessar.

1. 1 A visão gramatical da sinonímia

A noção de que há unidades linguísticas que compartilham um mesmo “significado” é largamente sustentada pelas gramáticas normativas. Nelas, a sinonímia é comumente apresentada como um par de unidades linguísticas, desde que compartilhem um “sentido” semelhante. No entanto, uma leitura atenta de autores como Rocha Lima (2011), Cegalla (2008), Azeredo (2010), Bechara (2010) e Perini (2016) revela problemas nesse entendimento, especialmente no que se refere à ideia de equivalência entre essas unidades.

Rocha Lima (2011, p. 482) reconhece que “vale dizer a multiplicidade de sentidos imanente em toda palavra, de que resulta que a sinonímia depende fundamentalmente do contexto”. Essa observação mostra que, mesmo na tradição normativa, há tanto o desejo de fixar relações estáveis entre termos quanto o reconhecimento de que o valor de uma unidade linguística é sensível às condições contextuais em que ela ocorre.

Cegalla (2008), por sua vez, embora defina sinônimos como unidades linguísticas de “sentido igual ou aproximado”, ressalta que essas substituições não são neutras ou isentas de consequências semânticas. O autor escreve:

Geralmente não é indiferente usar um sinônimo pelo outro. Embora irmanados pelo sentido comum, os sinônimos diferenciam-se, entretanto, uns dos outros, por matizes de significação e certas propriedades que o escritor não pode desconhecer (CEGALLA, 2008, p. 310).

Essa afirmação é aprofundada quando o autor exemplifica como determinadas substituições, embora formalmente possíveis, implicam alterações no valor estabilizado da expressão, conforme os domínios de uso:

Com efeito, estes têm sentido mais amplo, aqueles, mais restrito (*animal e quadrúpede*); uns são próprios da fala corrente, desataviada, vulgar, outros, ao invés, pertencem à esfera da linguagem culta, literária, científica ou poética (*orador e tribuno, oculista e oftalmologista, cinzento e cinéreo*) (CEGALLA, 2008, p. 310).

Ao apresentar pares como adversário / antagonista, translúcido / diáfano, colóquio / diálogo, o autor indica que, embora esses pares compartilhem um valor próximo, cada um se inscreve em redes de valores distintos, historicamente marcados. A substituição, portanto, nunca é meramente formal, mas sempre de valor aproximado, conforme a operação enunciativa que a sustenta.

Azeredo (2010) segue uma linha semelhante ao afirmar que, mesmo em casos de forte aproximação entre unidades linguísticas, a sinonímia raramente é absoluta:

Muitas vezes dois ou mais termos são sinônimos ou quase sinônimos apesar de suas diferenças aparentes. Nesses casos, é comum que seus constituintes sejam basicamente os mesmos, desempenhem as mesmas funções semânticas (AZEREDO, 2010, p. 204).

Ao afirmar que unidades linguísticas podem ser consideradas sinônimas “apesar de suas diferenças aparentes”, Azeredo reconhece a possibilidade de aproximação entre termos distintos, mas condiciona essa aproximação a critérios que restringem sua ocorrência. Essa formulação permite sustentar a sinonímia apenas em recortes específicos, ao mesmo tempo em que afasta a ideia de uma equivalência plena entre unidades. Desse modo, embora o autor mantenha uma abordagem centrada na palavra, sua análise evidencia que a relação entre termos ditos sinônimos depende das condições em que são mobilizados no enunciado.

Evanildo Bechara (2010) elabora uma das discussões diferente sobre a sinonímia no contexto gramatical. Segundo o autor:

É o fato de haver mais de uma palavra com semelhante significação, podendo uma estar em lugar da outra em determinado contexto, apesar dos diferentes matizes de sentido ou de carga estilística (BECHARA, 2010, p. 492).

No entanto, Bechara se distancia da ideia de sinonímia como equivalência plena ao reconhecer que os sinônimos, no uso, assumem valores ocasionais que tornam a substituição

arriscada. De acordo com o autor “eles assumem sentidos 'ocasionais' que, no contexto, um não pode ser empregado pelo outro sem que se quebre um pouco o matiz da expressão” (BECHARA, 2010).

Bechara ainda apresenta exemplos para ilustrar os diferentes domínios em que essas variações ocorrem:

Uma série sinonímica apresenta-se-nos com pequenas gradações semânticas quanto a diversos domínios: o sentido abstrato ou concreto (*cátedra / cadeira*); o valor literário ou popular (*fenecer / morrer*); a maior ou menor intensidade de significação (*chamar / clamar / bradar / berrar*); o aspecto cultural (*escutar / auscultar*), e tantas outras (BECHARA, 2010, p. 492).

Desse modo, os exemplos apresentados por Bechara evidenciam que a substituição entre unidades linguísticas não se realiza de forma indiferente, uma vez que envolve diferenças nas condições de emprego das unidades. Ainda que o autor sustente a possibilidade de aproximação entre unidades consideradas sinônimos, sua própria descrição mostra que essa aproximação é sensível ao funcionamento enunciativo em que as unidades se inserem, o que afasta a ideia de uma equivalência plena entre elas.

Essa visão é corroborada por Perini (2016), cuja perspectiva descritiva permite problematizar de maneira mais radical a ideia de sinonímia. Segundo ele:

Ainda não se conseguiu uma definição precisa do que vem a ser ‘sinonímia’; isso é geralmente reconhecido pelos gramáticos e lexicógrafos, que sempre afirmaram que sinônimos perfeitos são uma raridade. A noção de sinonímia permanece intuitiva e bastante nebulosa (PERINI, 2016, p. 250).

A observação de Perini evidencia a dificuldade de se estabilizar a noção de sinonímia, uma vez que a aproximação entre unidades não assegura sua substituição plena. Ao caracterizar a sinonímia como uma noção intuitiva e imprecisa, o autor explicita os limites de uma descrição baseada exclusivamente na semelhança entre formas, indicando que o funcionamento das unidades depende das condições em que são empregadas nos enunciados.

Assim, de acordo com a perspectiva gramatical, a sinonímia absoluta não se sustenta quando confrontada com a variável do uso linguístico. O que se observa, é a necessidade de investigar os mecanismos que estabilizam valores distintos em enunciados diferentes, ainda que envolvam as mesmas formas ou formas consideradas “sinônimas”.

1.2 Visão gramatical da Polissemia

A presente seção examina o tratamento da polissemia no âmbito das gramáticas tradicionais, com o objetivo de compreender de que modo essas obras descrevem a possibilidade de uma mesma unidade linguística assumir diferentes valores. Para tanto, mobilizam-se as contribuições de Cegalla (2012), Bechara (2009), Cunha e Cintra (2007) e Perini (2005), autores que, embora partam de perspectivas distintas, convergem ao reconhecer a pluralidade associada às formas linguísticas. Ao retomar essas formulações, busca-se

evidenciar como a tradição gramatical descreve esse fenômeno e os limites de uma abordagem que tende a vinculá-lo à palavra tomada isoladamente, organizando-o por meio de classificações tidas como estáveis. Nesse sentido, a discussão permite situar a polissemia como um ponto relevante para a reflexão sobre a significação, uma vez que sua própria descrição coloca em questão a estabilidade frequentemente assumida nas abordagens centradas na unidade lexical.

A discussão apresentada na seção anterior evidenciou que a sinonímia, conforme descrita pelas gramáticas tradicionais, tende a apoiar-se na hipótese de uma relativa estabilidade do sentido. Entretanto, ao admitir que uma mesma unidade linguística pode assumir diferentes valores, a própria tradição introduz uma tensão nesse modelo descritivo. É nesse quadro que se insere a noção de polissemia, frequentemente mobilizada para explicar a pluralidade associada a determinadas formas e, ao mesmo tempo, manter essa pluralidade vinculada à palavra.

Cegalla apresenta uma definição direta do fenômeno ao afirmar que, “Uma palavra pode ter mais de uma significação. A esse fato linguístico dá-se o nome de polissemia. (CEGALLA, 2012, p. 312). Ainda que sintética, essa formulação indica que a multiplicidade é reconhecida como uma característica possível das unidades linguísticas. Contudo, essa pluralidade permanece concebida como algo inerente à própria palavra, tomada como suporte de diferentes significações previamente descritas.

Bechara aprofunda essa compreensão ao definir a polissemia como “o fato de haver uma só forma (significante) com mais de um significado unitário pertencentes a campos semânticos diferentes”, isto é, o autor reconhece que há valores que podem ser estabilizados para uma mesma unidade linguística. Portanto, “não se pode ver a polissemia como ‘significados imprecisos e indeterminados’, porque cada um desses significados é preciso e determinado” (BECHARA, 2009, p. 332).

Ao enfatizar a precisão de cada significado, o autor busca organizar essa pluralidade por meio de delimitações consideradas estáveis. Desse modo, os diferentes valores são apresentados como possibilidades associadas à forma linguística, cabendo à descrição gramatical identificá-

los e classificá-los. A diversidade, nesse enquadramento, não rompe com a estabilidade; ela é administrada por meio de inventários que mantêm o sentido sob o domínio da palavra.

Essa tentativa de conciliar pluralidade e estabilidade também se evidencia na observação de Cunha e Cintra:

Algumas conjunções subordinativas (que, como, porque, se etc.) podem pertencer a mais de uma classe. Sendo assim, o seu valor está condicionado ao contexto em que se inserem, nem sempre isento de ambiguidades, pois que há circunstâncias fronteiriças: a condição da concessão, o fim da consequência, etc. (CUNHA; CINTRA, 2007, p.604).

Ao reconhecer que o valor está condicionado ao contexto e que há zonas fronteiriças, os autores introduzem um elemento que tensiona a correspondência direta entre forma e sentido. Ainda assim, essa dependência não desloca o foco da palavra, uma vez que os diferentes valores continuam sendo descritos como possibilidades associadas à unidade. O contexto, nesse caso, aparece como espaço em que esses valores se realizam, sem que se questione sua vinculação prévia à forma.

A reflexão proposta por Perini torna essa questão ainda mais sensível ao problematizar a distinção entre polissemia e homonímia:

Sabemos que uma palavra pode ter vários significados. Assim, verde pode ser o nome de uma cor, ou então um estágio na maturação de uma fruta; tanto é assim que se pode dizer de uma fruta amarela que ainda está verde. O problema que se coloca é o seguinte: devemos considerar verde uma única palavra ou duas? Se a considerarmos uma única palavra, teremos de dizer que tem mais de um significado, ou seja, que é polissêmica. Já se distinguirmos duas palavras, diremos das duas que têm a mesma pronúncia e grafia, e que são homônimas. Esse é um dilema que até hoje não recebeu solução satisfatória (PERINI, 2005, p. 250).

O dilema apontado pelo autor explicita a dificuldade de estabelecer critérios seguros para determinar o estatuto das unidades. Se não é possível decidir com precisão quando se trata de uma única palavra com múltiplos valores ou de formas distintas, evidencia-se o limite de uma abordagem que busca fixar previamente as significações. A própria tentativa de classificação revela, assim, a instabilidade que atravessa a relação entre forma e sentido.

Perini avança ao afirmar que “a polissemia é uma propriedade fundamental das línguas humanas, que sem ela não poderiam funcionar eficientemente. (PERINI, 2005, p. 251).” Ao

situar a polissemia como uma propriedade fundamental, o autor afasta a possibilidade de tratá-la como um fenômeno marginal. A pluralidade passa a ser compreendida como uma condição recorrente da atividade linguística, na medida em que permite integrar novos elementos a categorias já disponíveis na língua.

Apesar desse reconhecimento, observa-se que a tradição gramatical tende a organizar essa pluralidade sob a forma de inventários de significações associados às palavras. Desse modo, admite-se que uma mesma forma possa assumir diferentes valores, mas tais valores continuam sendo tratados como propriedades da unidade lexical, o que preserva uma compreensão relativamente estável do sentido.

Nesse contexto, a polissemia não apenas evidencia a coexistência de múltiplos valores, mas também expõe os limites de uma descrição centrada exclusivamente na palavra. A dificuldade de delimitar fronteiras entre esses valores, bem como a dependência das condições em que a unidade é mobilizada, aponta para a necessidade de deslocar o olhar da forma tomada isoladamente para os processos envolvidos em sua interpretação nos enunciados, uma vez que a variabilidade observada não se reduz a uma simples listagem de significações, mas remete ao próprio funcionamento da linguagem.

1.3 A Sinonímia sob a Perspectiva da Semântica Formal

Antes de aprofundarmos a análise da sinonímia sob a ótica da semântica formal, é necessário apresentar os fundamentos dessa abordagem teórica da significação linguística. A semântica formal é um campo da linguística que busca descrever o significado das expressões com base em métodos formais oriundos da lógica matemática. Seu objetivo é especificar, de maneira sistemática, as condições de verdade das sentenças da linguagem natural, ou seja, os contextos nos quais tais enunciados podem ser considerados verdadeiros ou falsos.

Essa abordagem teve como precursores nomes como Gottlob Frege, Bertrand Russell e Alfred Tarski, sendo posteriormente desenvolvida de modo sistemático por Richard Montague. A proposta de Montague demonstrou que é possível aplicar os princípios da lógica formal às línguas naturais por meio de uma gramática rigorosa. Assim, a semântica formal opera a partir da ideia de que o significado está intrinsecamente vinculado a condições objetivas de referência, situando-se entre linguagem, lógica e realidade. Essa concepção permite analisar questões como equivalência semântica e identidade referencial, aspectos diretamente relacionados ao estudo

da sinonímia. Como discutido na seção anterior, a sinonímia é tradicionalmente compreendida como a relação entre dois termos que compartilham o mesmo valor semântico.

Segundo Márcia Cançado (2008), não é possível analisar a sinonímia de forma desvinculada do contexto em que as palavras são utilizadas. A autora enfatiza que essa noção não pode ser concebida de maneira abstrata, uma vez que a avaliação das relações sinonímicas deve considerar o uso efetivo dos termos.

Nessa perspectiva, a sinonímia é frequentemente analisada a partir do valor conceitual das unidades linguísticas, sem que se levem em conta associações sociais, diferenças de registro e outras restrições de uso. Ao afirmar que “não é possível pensar em sinonímia fora do contexto” (CANÇADO, 2008, p. 42), a autora chama atenção para fatores que interferem na possibilidade de substituição entre palavras. Assim, ainda que duas unidades possam remeter a um mesmo domínio referencial, sua intercambialidade não se realiza de maneira irrestrita, estando sujeita a condições que orientam seu emprego.

Cançado (2013) mostra a complexidade envolvida nas relações de sinonímia, tanto no nível lexical quanto no nível enunciativo. Embora uma definição inicial possa indicar que sinonímia diz respeito à significados fixos que podem ser substituídos por outros, essa definição se revela insuficiente diante da dinâmica da linguagem em uso. Ter a mesma referência no mundo não é o bastante para que duas expressões sejam consideradas sinônimas, pois é necessário também que estabilizem o mesmo valor e, este é construído na atividade linguística, não simplesmente atribuído de maneira estática às formas linguísticas.

A autora demonstra que pares ditos sinônimos como “menina” e “garota”, apesar de poderem ser usados de forma intercambiável em certas construções, como em “Toda menina sonha virar mulher um dia” e “Toda garota sonha virar mulher um dia”, não mantêm essa equivalência em qualquer contexto. Em frases como “Maria não se irrita quando a chamam de menina, mas não suporta ser chamada de garota”, a substituição altera o valor estabilizado, evidenciando que as duas palavras não são plenamente intercambiáveis. O mesmo ocorre com termos como “bandido” e “meliante” que a autora aponta. Embora em muitos casos façam referência a um mesmo tipo de indivíduo, o uso de cada termo carrega marcas distintas: “meliante” tende a ser associado a um registro mais formal, frequentemente utilizado por agentes da lei, enquanto “bandido” apresenta um uso mais corriqueiro e popular

Ainda no plano da significação, Cançado (2013) estende a análise à sinonímia entre sentenças, considerando a possibilidade de paráfrases com diferentes construções linguísticas. Ao comparar enunciados como “Aqueles mulheres do canto estão chamando”, “Aqueles senhoras do canto estão chamando” e “Aqueles damas do canto estão chamando”, ela mostra que, mesmo que compartilhem um conteúdo semântico básico, cada formulação acarreta efeitos de sentido específicos. Em um contexto como o de um gerente orientando um garçom em um restaurante, as três sentenças podem parecer equivalentes, mas a escolha de um termo como “damas” pode carregar uma noção distinta.

A sinonímia absoluta, ou seja, a perfeita intercambialidade entre dois termos em qualquer contexto, é um conceito que encontra poucos defensores na semântica moderna. Mesmo em uma perspectiva formal, observa-se que palavras consideradas sinonímicas podem carregar valores que afetam sua interpretação em contextos distintos.

David Kaplan (1989) propõe uma distinção importante entre caráter e conteúdo de uma expressão, expandindo a clássica separação de Frege entre sentido (Sinn) e denotação (Bedeutung). O caráter se refere às regras linguísticas que determinam como se chega a uma estabilização de valor a partir do contexto, enquanto o conteúdo é o valor efetivo assumido pela expressão em uma situação específica de uso:

Acredito que a origem da dificuldade reside em uma confusão conceitual entre dois tipos de significado. Ampliando a distinção de Frege entre sentido e denotação, eu acrescentaria duas variedades de sentido: conteúdo e caráter. O conteúdo de uma expressão é sempre considerado em relação a um determinado contexto de uso.” (KAPLAN, 1989, p. 42)

Essa distinção introduz uma dimensão dinâmica ao funcionamento da estabilização de valor em um enunciado. A sinonímia, portanto, não pode ser analisada apenas com base em condições de verdade ou em conhecimentos de mundo do enunciatador. Mesmo que duas expressões que compartilhem o mesmo conteúdo em determinados contextos, elas podem divergir em termos de caráter, produzindo variações no valor em outras situações. Com isso, Kaplan oferece uma contribuição ao demonstrar que a avaliação da sinonímia depende de um regime interpretativo sensível ao modo como os elementos linguísticos se articulam no ato enunciativo.

Vilela (1994) revela a complexidade da equivalência de significados na linguagem natural e aborda a sinonímia como uma relação semântica que, embora não seja estrutural, enriquece a língua e apresenta diferentes níveis de correspondência. Ele classifica a sinonímia

em referencial, relativa, total e parcial, além de detalhar subtipos como a sinonímia total e absoluta, alinhando-se a perspectiva de Frege (1892) sobre a distinção entre sentido e referência que ressalta a complexidade de se estabelecer uma sinonímia exata na linguagem comum.

Segundo o autor:

É certo que em um conjunto perfeito de símbolos cada expressão deveria corresponder a um sentido; mas a linguagem comum não satisfaz muitas vezes essa exigência, e devemos já ficar satisfeitos se no mesmo contexto a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido (FREGE, 1892, p. 23).

Frege (1892) sublinha que, diferentemente de sistemas formais, a linguagem natural raramente garante que uma mesma palavra mantenha um sentido único e estável em todos os contextos. Isso contribui com a ideia de Vilela (1994) de que a sinonímia é frequentemente sujeita a restrições de natureza "estilística", sintática, contextual e textual. Como exemplificado por Vilela (1994):

Isto é, os sinónimos estão sujeitos a restrições de natureza "estilística", sintáctica (fugir/afugentar, encher/preencher: encher uma pipa/preencher um formulário, pesar as razões/ponderar as razões vs. pesar o arroz/ *ponderar o arroz), preferências mais ou menos idiossincráticas, contextuais e textuais, etc” (VILELA, 1994, p. 3).

Logo, essa abordagem demonstra que, mesmo quando termos apontam para o mesmo referente (como a referência, em Frege), seus "modos de apresentação" e "valores" (o sentido, em Frege) podem variar, impedindo uma equivalência exata, o que torna a sinonímia um fenômeno multifacetado e variável.

Desse modo semântica formal, ao propor ferramentas analíticas, contribui significativamente para a problematização da sinonímia. Contudo, as contribuições de Kaplan e Frege demonstram que, mesmo dentro dessa abordagem, o significado não é uma entidade estática, mas um efeito que emerge da interação entre regras formais.

1.4 Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo, discutiu-se a noção de sinonímia a partir de dois recortes principais: a tradição gramatical normativa e a semântica formal. O objetivo não foi reunir definições, mas explicitar quais pressupostos sustentam a ideia de sinonímia nessas abordagens e, sobretudo, quais limites aparecem quando essa noção é confrontada com as condições efetivas de uso. Nesse percurso, tornou-se visível uma tensão recorrente. As gramáticas reconhecem a sinonímia como uma relação entre palavras de “sentido igual ou aproximado”,

frequentemente associada à possibilidade de substituição, mas ao mesmo tempo admitem que essa substituição é restrita e raramente se realiza sem efeitos, uma vez que depende de fatores como “contexto”², registro, construção sintática e organização textual. Assim, aquilo que se apresenta como equivalência lexical acaba sendo descrito, na prática, como aproximação condicionada, o que coloca em questão a própria estabilidade atribuída a essa relação.

A discussão sobre polissemia reforçou esse problema ao revelar que a tradição gramatical, mesmo quando admite a pluralidade associada às formas, tende a administrá-la por meio de classificações e inventários que preservam a unidade como lugar de fixação dos valores. No entanto, a dificuldade de delimitar fronteiras estáveis entre valores e de distinguir, de forma segura, a polissemia expõe um limite desse modo de descrição. Em vez de oferecer um critério decisivo, o debate mostra que a variação não pode ser compreendido como externo ao funcionamento da linguagem (tendo em vista que participa da constituição dos valores), mas uma condição recorrente que desafia qualquer tentativa de estabilização prévia.

No movimento seguinte, ao considerar a semântica formal, observou-se que, embora essa abordagem proponha uma descrição sistemática da significação, a noção de sinonímia continua encontrando limites quando confrontada com as ocorrências da linguagem. As reflexões mobilizadas nesse quadro indicam, por diferentes caminhos, que a coincidência referencial não assegura, por si só, a possibilidade de substituição entre unidades, uma vez que as condições em que são mobilizadas participam da construção interpretativa. Assim, mesmo em perspectivas orientadas por forte rigor analítico, a sinonímia absoluta se apresenta menos como uma relação passível de estabilização e mais como um limite teórico.

Dessa forma, este capítulo permitiu estabelecer um ponto decisivo para o desenvolvimento da pesquisa: a sinonímia, tal como é formulada nas gramáticas e retomada em certa tradição formal, não se sustenta como equivalência geral entre unidades linguísticas, pois se mostra dependente das condições de ocorrência e sensível às restrições impostas pelo funcionamento dos enunciados. É a partir desse resultado que se justifica o deslocamento para os capítulos seguintes, nos quais se torna necessário descrever, com instrumentos capazes de lidar com a variabilidade, como unidades frequentemente aproximadas, como “furar” e

² O termo “contexto” é mobilizado, neste trabalho, em diálogo com os autores discutidos. No quadro teórico adotado, evita-se concebê-lo como um elemento exterior à linguagem, compreendendo-o antes como parte das condições de enunciação que participam da construção interpretativa dos enunciados.

“atravessar”, se organizam em usos efetivos e quais regularidades podem ser reconstruídas a partir de suas ocorrências.

CAPÍTULO II

TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: BASES EPISTEMOLÓGICAS E CONCEITUAIS

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), proposta por Antoine Culioli, oferece uma abordagem para o estudo da linguagem, focalizando as operações cognitivas que fundamentam a produção e interpretação dos enunciados, compreendidas, no âmbito da teoria, não como processos mentais previamente estruturados, mas como uma atividade de construção, ajustamento e estabilização de representações que se realizam na e pela linguagem. Essa teoria compreende a linguagem como uma atividade que organiza e estabiliza os valores das unidades linguísticas, indo além de um sistema de códigos ou uma relação direta entre palavras e conceitos. Na TOPE, o sentido é resultado de um processo dinâmico que envolve representação, referenciação e regulação, três atividades centrais que possibilitam ao sujeito enunciador construir e reconstruir significados em contextos variados.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas mobilizado nesta pesquisa. Inicialmente, discutimos a concepção de linguagem adotada pela teoria; em seguida, abordamos as atividades de representação, referenciação e regulação; e, por fim, tratamos das operações implicadas na construção dos enunciados. Esse percurso mostra-se necessário, na medida em que delimita o lugar a partir do qual serão apreendidos os funcionamentos das unidades linguísticas selecionadas.

2.1. Língua e linguagem

Se a linguística é definida como a ciência da linguagem (como muitas vezes tem sido escrita), esta proposição não faz sentido, na medida em que existem diferentes tipos de investigação possíveis sobre a linguagem como atividade linguística. Um médico que trabalha com linguagem perturbada, um historiador que trata da semântica histórica (como certos conceitos foram constituídos, como foram transmitidos, transformados, etc.) ou um sociólogo lidam com a linguagem, e esses exemplos poderiam ser multiplicados. Em uma palavra, a linguagem não é um assunto da linguística (CULIOLI, 2010, p.71).

Para abordar a linguística enunciativa Culioliana, é essencial estabelecer uma compreensão sobre o que se entende por linguística e como essa área de estudo tem sido historicamente delimitada. Tradicionalmente, autores como Saussure, Chomsky, Bloomfield e Hjelmslev definiram a linguística como o estudo científico da língua enquanto um sistema. Essa abordagem, alicerçada no estruturalismo, considera a língua como um conjunto de elementos organizados em relações formais e regras internas. Contudo, essa visão tende a reduzir a complexidade da linguagem e da comunicação humana a estruturas fixas e homogêneas, ignorando aspectos dinâmicos e contextuais que são centrais para a estabilização dos valores. De acordo com Antoine Culioli (2010), a linguística precisa ultrapassar a ideia de que seu objeto de estudo é a língua como um código estático. Logo, propõe-se que a linguística se dedique à atividade de linguagem, que o mesmo define como um conjunto de operações cognitivas e enunciativas responsáveis pela construção de significados. Segundo Culioli (2010),

Eu diria que a linguística tem por objeto a atividade de linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais (e através da diversidade dos textos, orais ou escritos). Insisto muito nestes dois pontos: por um lado, digo que o objeto da linguística é a atividade da linguagem (definida ela mesma como operações de representação, referenciação e regulação); por outro lado, digo que esta atividade só pode ser apreendida, para estudar o seu funcionamento, através das configurações específicas, das ordens, numa determinada linguagem (CULIOLI, 2010, p. 74).

Essa perspectiva desloca o foco do estudo da língua como sistema (como a língua comumente é compreendida por alguns estudiosos estruturalistas) para a linguagem como atividade, ou seja, um processo dinâmico em que intervêm instâncias enunciativas, compreendidas, no quadro da TOPE, não como indivíduos empíricos, mas como suportes das operações de representação, referenciação e regulação, a partir das quais se constroem os valores no enunciado. Nessa visão, os enunciados são considerados o ponto de partida para a análise linguística, pois eles revelam as operações subjacentes na estabilização dos valores. Essas operações incluem a representação, a referenciação e a regulação, que são centrais para a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE).

Essa abordagem permite superar as limitações das teorias estruturalistas. Na perspectiva da TOPE, a linguagem é vista como um fenômeno aberto e em constante transformação, que só pode ser plenamente compreendido por meio da análise das atividades enunciativas. Por exemplo, quando Culioli afirma que "o significado não é, portanto, transmitido, mas (re)construído" (CULIOLI, 2010, p. 88), o sentido não é uma propriedade fixa das unidades

linguísticas, mas o resultado de um processo de negociação entre os sujeitos em uma dada situação. Essa negociação é mediada pelos enunciados, que funcionam como manifestações materiais das operações cognitivas e enunciativas que dão forma à linguagem.

Ainda no interior desse debate, torna-se necessário explicitar de maneira mais precisa a relação entre língua e linguagem, na medida em que essa articulação sustenta modos distintos de apreensão do funcionamento da atividade de linguagem. Nessa perspectiva, não se trata de concebê-las como instâncias dissociáveis, mas de compreendê-las como dimensões que se implicam mutuamente, uma vez que a linguagem se configura como atividade e a língua como forma de materialização das operações que se tornam observáveis nos enunciados.

Nessa direção, Cumpri (2010) ressalta que “se língua é um sistema que se apresenta na forma de texto e é dependente de quem a fala, logo, a atividade da linguagem também está imbricada nesse contexto, fato que nos leva a ver que língua e linguagem são indissociáveis” (CUMPRI, 2010, p. 75). Tal proposição permite avançar para além de uma concepção que reduziria a língua a um conjunto de estruturas estabilizadas, conduzindo-nos a reconhecê-la como um domínio no qual se tornam apreensíveis os traços da atividade de linguagem.

Sob esse enquadramento, a linguagem deixa de ser compreendida como um produto para ser tomada como uma atividade contínua de construção e estabilização. Conforme afirma Cumpri (2010), “a linguagem não é um resultado, mas um trabalho tanto linguístico quanto dos sujeitos, que elaboram a realidade por meio de suas percepções” (CUMPRI, 2010, p. 75). Assim, ao reconhecer o caráter operatório da linguagem, torna-se possível assumir uma perspectiva que privilegia os processos pelos quais os valores linguísticos se constroem e se estabilizam no enunciado. Essa compreensão mostra-se compatível com a proposta da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, uma vez que também desloca o olhar para o caráter operatório da linguagem. Desse modo, ainda que diferentes autores contribuam para a reflexão acerca da relação entre língua e linguagem, é na perspectiva culioliana que essa articulação adquire maior precisão teórica, sobretudo ao definir a atividade de linguagem como um conjunto de operações de representação, referenciação e regulação.

Desse modo, a abordagem Culioliana redefine o objeto da linguística ao deslocar o foco da língua como sistema para a linguagem como atividade. Esse deslocamento permite uma compreensão mais rica e abrangente dos processos que sustentam a comunicação humana, evidenciando a complexidade e a dinamicidade da produção de sentidos em contextos discursivos variados

2.2 Linguagem como uma atividade tripla: Representação, Referenciação e Regulação

Na perspectiva da TOPE, cada situação enunciativa corresponde a um modo de funcionamento da atividade de linguagem. Esse funcionamento não decorre da centralidade de um sujeito empírico, mas do caráter operatório da atividade de linguagem, entendido como um processo de ajustamento entre representações. Esse caminho, por sua vez, não se dá de maneira isolada, mas é continuamente atravessado pela atividade da linguagem, que desempenha um papel central na construção e negociação dos sentidos.

A linguagem, nesse contexto, é compreendida como uma atividade que envolve representação, referenciação e regulação.

Eu diria que a linguística tem por objeto a atividade de linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais (e através da diversidade dos textos, orais ou escritos). Insisto muito nestes dois pontos: por um lado, digo que o objeto da linguística é a atividade da linguagem (definida ela mesma como operações de representação, referenciação e regulação (CULIOLI, 2010, p,74).

Esses três processos são essenciais para que a significação se estabilize, pois possibilitam a organização dos sentidos antes mesmo da constituição da língua enquanto um sistema estruturado. No entanto, embora esses processos ocorram em um nível anterior ao da língua como produto final, eles só se tornam perceptíveis por meio dos marcadores presentes no sistema linguísticos, isto é, os textos não são meros depósitos de sentidos já fixados, mas sim construções que revelam traços das operações subjacentes da linguagem.

2.2.1 Atividade de representação

A representação na linguagem refere-se à forma como as experiências e os conhecimentos de mundo dos sujeitos são organizados em representações mentais, que, por sua vez, são materializadas por meio das unidades linguísticas. No entanto, essa relação não se estabelece de forma termo a termo, isto é, não há equivalência direta entre uma noção e suas ocorrências linguísticas. Culioli (2010) exemplifica essa questão ao afirmar que um marcador pode estabilizar vários valores, assim como diferentes marcadores podem estabilizar um mesmo valor. Esse caráter dinâmico da linguagem permite que uma unidade linguística como “estrela”

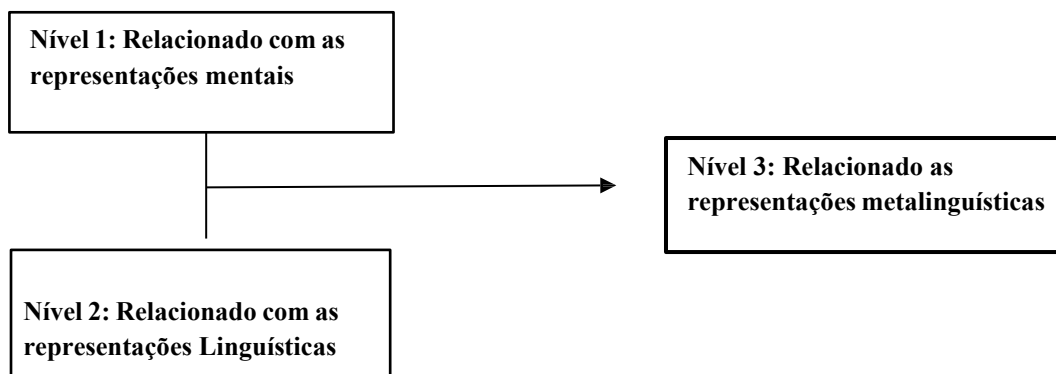
participe da construção de valores distintos conforme as relações estabelecidas no enunciado, como em “A estrela brilhou no céu” e “Maria é uma estrela do cinema”. Em cada um desses casos, as operações enunciativas reorganizam e estabilizam as unidades linguísticas envolvidas, mobilizando diferentes camadas de conhecimento cognitivo e cultural.

Segundo Culioli (1990), a atividade de representação contempla três níveis. O primeiro nível, ou nível 1, está relacionado ao mental, sendo definido como o nível cognitivo. Culioli compreende o cognitivo em sentido amplo

[...] quando eu falo de cognição, eu entendo o termo no sentido amplo. O afeto faz parte da cognição; não há de um lado o cognitivo que seria do domínio da racionalidade explícita, e o afetivo que seria o lugar dos sentimentos e da imaginação desenfreada...) (CULIOLI, 1990, p.21).

O nível 2 corresponde às representações linguísticas, funcionando como traços derivados do nível 1. Nesse estágio, torna-se mais evidente a relação entre língua e linguagem, sem que haja uma tradução termo a termo das representações, como já mencionado anteriormente. Enquanto o nível 3, envolve a formalização de representações que buscam simular uma interface metalinguística entre os níveis 1 e 2. Nesse terceiro nível, não se trabalha diretamente com representações linguísticas, uma vez que estas estão restritas ao nível 2. Neste nível, lidamos com representações metalinguísticas, que tentam reproduzir os traços de inter-relação entre os dois níveis anteriores. Apesar de não poderem ser fixadas com total precisão, essas representações possuem caráter dinâmico e não estático. O gráfico abaixo contribui na compreensão dos níveis de representação de acordo com Culioli:

Quadro 1: Sistema de representação e seus níveis



Fonte: Elaborado pelo o Autor

2.2.2 Atividade de referenciação

A referenciação corresponde à atividade por meio da qual se constroem valores referenciais, decorrentes de operações de localização que articulam o enunciado, a situação enunciativa e a relação predicativa. Não se trata de um processo automático, mas de um ajustamento contínuo entre posições enunciativas, responsável pela estabilização provisória das relações construídas no enunciado. Nessa perspectiva, os marcadores linguísticos não apontam para uma exterioridade dada; participam da construção dessas localizações, o que reafirma o caráter operatório da atividade de linguagem.

Com poucas exceções o pré-requisito para o apontamento da referência é a construção de um sistema complexo de coordenadas intersubjetivas, de um espaço referencial, e de objetos linguísticos localizáveis (de modo mais acurado, localizáveis com relação ao centro organizador de um domínio nocional, assim como em relação aos parâmetros subjetivos e espaço- temporais de um espaço referencial)[...](CULIOLI, 1999, p 174).

No quadro teórico de Culioli, essa construção referencial não é dada, ela se forma progressivamente, por meio de operações cognitivas e linguísticas realizadas pelo enunciador. Esse sistema é moldado na interação e tem como finalidade tornar partilháveis as representações que se pretende comunicar. Trata-se, portanto, de um sistema flexível, suscetível a ajustes e reformulações, e que exige uma constante negociação intersubjetiva.

A referenciação não se reduz à construção de valores referenciais, ela envolve também a consideração das posições enunciativas que organizam o funcionamento do enunciado. Tais posições não derivam da individualidade dos falantes, mas se configuram na própria atividade de linguagem, participando das relações que tornam possível a estabilização provisória dos valores construídos.

Franckel (1998) propõe que a linguagem não espelha diretamente a realidade, mas que os sentidos emergem de um trabalho ativo de construção. Como o autor afirma:

Enquanto a referência corresponde a uma relação estática dos enunciados com entidades externas à língua, os valores referenciais decorrem de uma dinâmica própria da língua. Enquanto o referente é dado, da ordem de um já- sempre ali, os valores referenciais são construídos em e pelos enunciados através de operações enunciativas que, portanto, podemos chamar de operações de referenciação." (FRANCKEL. 1998, p. 10).

Logo, a referenciação não é apenas um mecanismo técnico de apontamento para o mundo, mas sim uma operação que envolve escolhas linguísticas e posicionamentos

enunciativos. Ela está, portanto, intrinsecamente ligada à maneira como os sujeitos constroem o sentido no discurso, através de um jogo contínuo de regulação, adaptação e interpretação na atividade de linguagem.

2.2.3 Atividade de regulação

A atividade de regulação, por fim, envolve o processo de avaliação e ajustamento das escolhas linguísticas durante a interação. Essa atividade é essencial para que os sujeitos possam negociar significados e resolver ambiguidades que possam surgir no discurso. Na TOPE, a regulação é vista como uma atividade inerente ao processo de construção do sentido, permitindo que os sujeitos ajustem suas representações e referenciações com base nas condições enunciativas.

Esse processo não se dá de maneira automatizada ou programada. Pelo contrário, ele evidencia a complexidade e a imprevisibilidade das interações humanas. Como afirma Culioli,

a relação entre sujeitos enunciadore resulta em um ajustamento complexo, porque não funcionamos como as máquinas pré-reguladas e sincronizadas, que possuem em comum um estoque de representações fixas. Em resumo não há pré-regulagem, nem harmonia pré-estabelecida. Isso significa que concordamos, ajustamos uns aos outros, de sorte que nossas representações subjetivas estejam disponíveis aos outros (CULIOLI, 1999, p. 91).

Desse modo, a regulação é entendida como um mecanismo fundamental da atividade de linguagem, exercido tanto de forma inconsciente quanto consciente. O sujeito não apenas opera sobre estruturas previamente estabelecidas, mas atua continuamente sobre seu próprio dizer, transformando-o e ajustando-o conforme a relação com o outro e o contexto em que está inserido.

O ajustamento é central nesse processo, trata-se de alinhar representações, estabilizar sentidos e validar enunciações em função de quadros referenciais compartilhados ou negociáveis. Como reforça Culioli,

a regulação intersubjetiva consiste no ajustamento de quadros de referência e representações, validando uma enunciação com relação a um estado de coisas ou a uma classe de estados de coisas, na construção de caminhos investidos de valor e trajetórias com objetivos direcionados em espaços ponderados (CULIOLI, 1999, p. 179).

Assim, a atividade de regulação opera como uma força dinâmica na linguagem, que ultrapassa o plano estrutural e adentra o campo das relações cognitivas, afetivas e sociais entre

os sujeitos. Ela não apenas modula os sentidos possíveis, mas é o que torna possível o próprio funcionamento da linguagem como atividade social, construída e permanentemente inacabada.

2.3 Noção e domínio nocional

Uma noção pode ser definida como um complexo de representações físico- culturais e não deve ser identificada com rótulos lexicais. Nem pode ser assimilada por eventos localizados no tempo e no espaço. As noções são predicáveis e, como tais, não têm propriedades extensionais (CULIOLI, 1999.p 180).

Nessa seção, abordaremos os conceitos de noção e domínio nocional dentro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), tendo como base os pressupostos teóricos de Antoine Culioli e desenvolvimentos posteriores de estudiosos como Cumpri, Franckel e Paillard. Esses conceitos são essenciais para compreendermos como se estruturam os enunciados e como os sujeitos constroem sentidos a partir da linguagem.

A noção, dentro da TOPE, está diretamente relacionada ao nível das representações mentais. Trata-se de uma instância não diretamente acessível, mas fundamental na organização do enunciado. Como propõe cumpri (2011), "a noção pode ser descrita enquanto um conceito que se refere ao nível das representações mentais, situada na articulação do linguístico e do extralinguístico". Em outras palavras, a noção funciona como o ponto de articulação entre o conhecimento de mundo do sujeito e os mecanismos linguísticos que ele mobiliza para expressar esse conhecimento.

Neste sentido, o enunciado é sempre uma construção a partir de uma noção previamente organizada pelo sujeito enunciator. Essa noção não é fixa nem universal: ela varia conforme a experiência, contexto e intencionalidade de quem enuncia. O que define um enunciado como tal não é uma relação direta entre marcador e referente, mas a articulação de noções e suas ocorrências.

Segundo Franckel & Paillard,

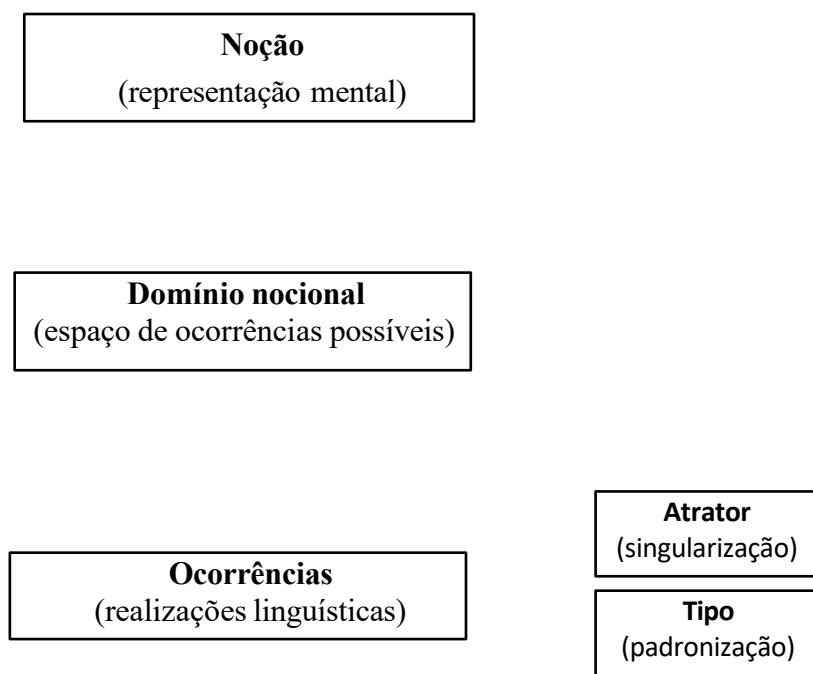
uma ocorrência não tem relação estabilizada com a noção da qual constitui uma realização particular. Sua determinação passa pela instauração de dois polos organizadores: a) um padrão de conformidade, que permite identificar uma ocorrência como um exemplar da noção: é o tipo; b) a noção fornece um segundo polo organizador que é o atrator (FRANCKEL & PAILLARD, 1991, p. 3).

Desse modo, as noções não devem ser confundidas com palavras. Elas são unidades mentais que orientam a construção do discurso e que só se manifestam por meio das

ocorrências. Isto é, as palavras não representam diretamente as noções, mas funcionam como rastros destas. Conforme Cumpri (2012. p 4), "são justamente as ocorrências de noções que proporcionam o estabelecimento da comunicação, pois, são as palavras e os textos que nos dão acesso às noções". Na TOPE entendemos, portanto, que os sentidos não são preexistentes à linguagem, mas resultantes de operações de construção de sentido que envolvem a ativa participação do sujeito enunciator. A noção é esse ponto de ancoragem entre o cognitivo e o linguístico. Ela organiza os conhecimentos de mundo que serão atualizados por meio das ocorrências.

Quando se fala em domínio nocional, este a refere-se a esse espaço cognitivo onde uma noção pode manifestar-se sob diferentes formas. Franckel & Paillard explicam que "tem-se uma forma de divisão da noção em zonas que correspondem a várias formas de ser livro, a do mais ou menos livro" (1991, p. 4). Assim, o domínio nocional é composto por um conjunto de ocorrências potenciais e efetivas de uma mesma noção. Pode-se visualizar no “quadro 2” os caminhos até as ocorrências:

Quadro 2: Sistema do caminho até ocorrências



Fonte : Elaborado pelo autor

Logo, compreender os domínios nocionais nos permite perceber como o sujeito organiza seus conhecimentos e os projeta linguisticamente no enunciado. É por isso que duas pessoas podem usar o mesmo marcador, mas com valores distintos, pois seus domínios nocionais não

coincidem perfeitamente. Desse modo, Zavaglia dialoga diretamente com a proposta de Franckel & Paillard ao compreender o tipo como um dos polos organizadores da noção quando diz que

O tipo organiza as ocorrências da noção a- através de operações de localização: P interpreta o papel de localizador frente à listagem de ocorrências que se encontra fragmentada. Cada uma das ocorrências será um exemplar de P. Dependendo da relação de localização das ocorrências com relação a P, uma operação de extração pode se desenvolver. (ZAVAGLIA, 2004, p. 2)

Assim, o “tipo” atua como um localizador que organiza e estabiliza as ocorrências fragmentadas, Franckel(2006) amplia essa compreensão ao associar o tipo a uma forma de padronização, necessária para a identificação de uma ocorrência como pertencente a uma classe, logo, ambos os autores destacam o papel fundamental do tipo na ancoragem categorial da noção, permitindo que o sujeito reconheça e compare ocorrências dentro de um domínio nocional.

2.4 O processo de construção do enunciado

A análise dos enunciados permite observar os traços das operações linguísticas que constituem a atividade de linguagem. São eles que evidenciam as ações do sujeito, revelando como ele constrói e reconstrói sentidos no processo de significação. Dessa forma, os enunciados correspondem a mecanismos operatórios: manifestações da atividade contínua do sujeito em sua prática de linguagem. A construção do enunciado pode ser descrita a partir de três momentos operatórios interligados: a léxis, a relação predicativa e a relação enunciativa. Cada uma dessas momentos corresponde a um tipo específico de organização do material linguístico, sempre orientado pelas operações do sujeito enunciador.

A primeira dessas atividades é a construção da léxis. Neste momento, estabelece-se uma configuração inicial entre os termos que irão compor o enunciado. Trata-se da organização fundamental das noções, em que se define a relação entre os termos antes mesmo da articulação enunciativa. Segundo Sousa (2019, p. 42), “é a partir do esquema de uma léxis que se estabelecerá uma relação entre os termos, visto que o lugar ocupado por um termo depende das propriedades de cada termo”. A léxis, portanto, é um esquema inerente a qualquer ato de linguagem. Por exemplo, no conjunto formado por “Marcos; Brincar; Parque”, é possível perceber que há uma articulação entre os termos. No entanto, se substituirmos o substantivo “parque” por “pedra”, a relação original se desfaz, revelando que o sentido depende das propriedades dos elementos envolvidos e da compatibilidade entre eles.

A segunda atividade é a constituição da relação predicativa. Neste momento, o sujeito enunciador organiza os termos definidos na léxis, estabelecendo uma estrutura de predicação. Essa organização consiste em eleger um termo de partida e configurar os demais a partir dele. Retomando o exemplo anterior, os termos “Marcos; Brincar; Parque” podem originar diferentes enunciados conforme a relação predicativa assumida: “Marcos brinca no parque” ou “Marcos brincando no parque é comum”. Cada enunciado resulta de uma forma distinta de organizar os termos da léxis.

Por fim, temos a relação enunciativa, está indissociavelmente ligada à predicação. Nessa atividade, torna-se relevante considerar a posição do sujeito enunciador: quem fala, a quem se dirige e o que pretende construir como sentido. A relação enunciativa diz respeito à inserção do enunciado em uma situação comunicativa, em que o sujeito organiza seu dizer em função do outro e das condições de enunciação.

2.5 A léxis

A léxis e a relação primitiva estão no início do processo de constituição de um enunciado, denominado Situação 0 (“zero”) e representado por SIT0. (Pria, 2009, p. 39), também chamada de Situação Zero (SIT 0), constitui a forma mais primitiva da atividade de linguagem. Antes mesmo da formulação de um enunciado com valor estabilizado, existe um esquema cognitivo que organiza de maneira ainda não predicada os elementos que serão postos em relação. Este esquema é responsável por estruturar o pensamento e preparar a possibilidade de enunciação futura. Essa estrutura inicial como um trio formado por um predicado e dois argumentos, que, embora remeta à estrutura sujeito-verbo-complemento da gramática tradicional, ultrapassa-a ao propor uma dinâmica de orientação representada pela forma xRy , em que x é a origem, y é o alvo, e R a relação estabelecida entre ambos. Essa relação primitiva de orientação será modulada pelas características dos elementos envolvidos, como: animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, entre outros. A léxis, nesse sentido, é pré-assertada e não está vinculada ainda à instância enunciativa.

Trata-se, portanto, de um esquema de preparação semântico-sintática que garante o funcionamento posterior da predicação. Seu papel é crucial porque define a possibilidade de articular um conteúdo ao seu valor de forma coerente com os efeitos de sentido esperados no discurso, logo, a léxis é a “condição de possibilidade” da enunciação.

Ou seja, mesmo antes da predicação, já há uma orientação semântica estruturante, guiada por propriedades que não são meramente formais, mas cognitivas e representacionais. Essa afirmação dá ideia de que a léxis não é um molde vazio, mas um espaço de possibilidades já condicionado pelas noções que o sujeito mobiliza em sua atividade enunciativa.

2.6 Relação Predicativa

A relação predicativa corresponde ao momento em que o sujeito enunciador organiza os elementos da léxis, assumindo uma posição de responsabilidade sobre a articulação dos termos. Essa etapa, denominada predicação (ou SIT 1, como vemos em estudiosos como Rezende(2000) e até mesmo em Culioli), é caracterizada por uma ordenação dos componentes da léxis de modo a estabelecer uma relação de predicação, ou seja, há agora um termo tematizado, que ocupa o papel de origem, e outros termos que complementam a relação. Esse movimento de ordenação desencadeia dois efeitos semânticos centrais: a localização e a identificação. A localização refere-se à escolha de um termo como ponto de partida ou centro atrator da relação. Esse termo funciona como referencial a partir do qual os outros são organizados e interpretados, identificação, por sua vez, decorre da localização ao estabelecer estabilidade e coerência dentro do enunciado.

Em suma, a predicação, conforme os fundamentos da TOPE, deve ser entendida como uma operação cognitiva de localização dentro de um domínio de noções. Ao dizer “a agulha furou o tecido” ou “a agulha atravessou o tecido”, não estamos apenas descrevendo estruturalmente um sujeito e uma ação, mas realizando escolhas que instauram sentidos distintos: em “furar”, temos a ruptura localizada, enquanto em “atravessar”, o deslocamento completo. Assim, o predicado atua como um operador que organiza as ocorrências do “tipo” segundo um ponto de vista, tal como vimos anteriormente em Zavaglia (2004), ao afirmar que “P interpreta o papel de localizador frente à listagem de ocorrências”. Essa perspectiva reforça que predicar é mais do que descrever é operar cognitivamente instaurando uma ordenação específica dos sentidos possíveis.

2.7. Repérage e a construção dos valores referenciais

No âmbito da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a construção dos valores deve ser compreendida como resultado de operações que organizam as relações predicativas no interior do enunciado. Nesse quadro, a operação de “repérage” constitui um

operador central, na medida em que permite apreender o modo pelo qual os elementos linguísticos se localizam a partir de pontos de referência construídos na própria atividade de linguagem.

Segundo Culioli (1999), não há referência absoluta, mas apenas referências relativas, o que implica considerar que todo termo só adquire estabilidade ao ser situado em relação a outro no interior de um sistema relacional (entre as unidades). Dessa forma, os valores não preexistem à enunciação, mas resultam do conjunto de operações que estabilizam provisoriamente essas relações, evidenciando o caráter construtivo da atividade de linguagem. Ao discutir a operação de “*repérage*”, o autor destaca que a identificação entre unidades representa apenas uma das possibilidades de relação. Há casos em que uma unidade funciona como ponto de referência para outra, instaurando uma relação de localização abstrata, enquanto, em outros, observa-se uma ruptura que impede tanto a identificação quanto a estabilização relacional. Tal funcionamento evidencia o caráter operatório e dinâmico dessas relações, indicando que estão em jogo modos de ajustamento responsáveis pela organização do funcionamento enunciativo.

Essa perspectiva permite compreender que um domínio nocional organiza um conjunto de ocorrências localizáveis, nas quais cada termo se define pelas relações de localização que estabelece no interior de um domínio. Ao tratar dos instantes, Culioli (1999) observa que não se pode concebê-los como pontos isolados, mas como ocorrências ordenadas que participam de um contínuo. Desse modo, a referência temporal é construída por operações de localização que introduzem recortes nesse contínuo e instauram relações de vizinhança, possibilitando a estabilização provisória dos valores no enunciado.

O momento da enunciação instaura um corte nos instantes e passa a funcionar como eixo a partir do qual outras relações podem ser estabelecidas. Tal funcionamento reforça que a estabilidade dos valores é sempre provisória, dependente das operações realizadas na atividade de linguagem. Particularmente relevante é a relações predicativas não validadas, mas passíveis de validação, entendida como aquela que não remete a uma relação predicativa validada, mas a uma relação considerada válida. Não se trata, portanto, de validar uma relação predicativa, mas de reconhecer sua possibilidade de validação no interior de um espaço enunciativo no qual se suspendem contradições e se constrói um domínio em que coexistem o potencial e o hipotético.

Desse modo, a operação de “*repérage*” permite compreender que os valores decorrem de um trabalho de localização, ajustamento e validação. Não se trata de postular uma relação

de correspondência com uma suposta exterioridade, mas de analisar as operações pelas quais tais relações são construídas e estabilizadas. É essa perspectiva que orienta a presente investigação, na medida em que possibilita examinar como as relações de referência participam da construção dos valores observados nos enunciados analisados.

2.7.1 QNT e QLT na operação de determinação

Nesta subseção, apresenta-se a operação de determinação conforme proposta por Culioli(1977), com atenção às dimensões quantitativa e qualitativa implicadas na construção das ocorrências no domínio nocional. Parte-se do princípio de que todo enunciado resulta de operações que permitem situar um termo, estabelecer relações e torná-lo apreensível em um domínio.

Ao introduzir a problemática da determinação, Culioli afirma:

On présentera ci-dessous une définition préliminaire d'opérations fondamentales portant sur les catégories de détermination et de 'quantification/qualification'. L'objectif est de montrer comment, à partir d'observations (langues diverses, acquisition d'une langue), on est contraint de construire une catégorie grammaticale (au sens de 'en produire une représentation métalinguistique explicite'), sans se borner soit à l'utilisation intuitive d'un terme tel que 'déterminant', soit à l'emploi d'un déterminant propre à une langue, tel l'article défini, soit encore au recours à un opérateur logique. (CULIOLI,1977, p.37,)³

A passagem indica que a determinação não se reduz a marcas formais nem a categorias gramaticais previamente dadas. Trata-se de um conjunto de operações por meio das quais se constrói uma representação metalinguística capaz de dar conta do modo como um termo é posto em relação a um domínio nocional. Assim, a ocorrência não é tomada como um dado imediato,

³ Tradução do autor: Apresentaremos a seguir uma definição preliminar das operações fundamentais relacionadas às categorias de determinação e 'quantificação/qualificação'. O objetivo é mostrar como, a partir de observações (línguas diversas, aquisição de uma língua), somos levados a construir uma categoria gramatical (no sentido de 'produzir uma representação metalinguística explícita'), sem nos limitar ao uso intuitivo de um termo como 'determinante', nem ao emprego de um determinante próprio de uma língua, como o artigo definido, nem ainda ao recurso a um operador lógico.

mas como resultado de operações que delimitam um elemento e o colocam em relação a uma noção. É nesse movimento que se articulam quantificação e qualificação.

A dimensão quantitativa (QNT) diz respeito à operação pela qual uma ocorrência é recortada em um domínio e situada em relação à classe de ocorrências possíveis dessa noção. Já a dimensão qualitativa (QLT) refere-se ao conjunto de propriedades nocionais que tornam essa ocorrência reconhecível como pertencente ao domínio considerado.

Essa articulação torna-se visível quando Culioli descreve a operação de extração:

On effectuera alors une seconde opération (opération de prélèvement) dont le domaine est la notion et le résultat est un objet dans une classe (cet objet peut être une quantité ou un ensemble) [...] Nous appellerons ‘extraction’ l’opération complexe représentée par l’expression. (CULIOLI, 1977, p.38)⁴

A construção de uma ocorrência implica um recorte operado no interior de uma noção, tornando possível sua localização. Esse recorte corresponde à dimensão quantitativa, ao passo que sua relação com a noção mobiliza a dimensão qualitativa. Tal operação envolve procedimentos de identificação que permitem estabilizar provisoriamente a ocorrência por meio das relações que ela estabelece. Assim, a quantificação não se reduz à ideia de número ou medida, mas diz respeito ao próprio recorte que torna uma ocorrência localizável, enquanto a qualificação remete às propriedades pelas quais essa ocorrência se vincula à noção.

Romero sintetiza essa articulação ao afirmar que:

Toda ocorrência apresenta uma espessura ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, uma vez que só pode ser apreendida como instância situada e, simultaneamente, como portadora de propriedades que a identificam no interior do domínio nocional. (ROMERO, 2019, p.217)

Desse modo, “QNT” e “QLT” não correspondem a dimensões separáveis, mas a operações que intervêm conjuntamente na construção da ocorrência. Toda ocorrência é, ao mesmo tempo, delimitada em relação a uma classe e posta em relação às propriedades da noção, o que evidencia o caráter operatório da determinação na teoria culioliana. Compreende-se, portanto, que a determinação consiste em um processo de construção da ocorrência no qual

⁴ Tradução do autor: Efetuar-se-á então uma segunda operação (operação de prélèvement/recorte), cujo domínio é a noção e cujo resultado é um objeto em uma classe (esse objeto pode ser uma quantidade ou um conjunto) [...] chamaremos ‘extração’ a operação complexa representada por essa expressão.

quantificação e qualificação operam de maneira indissociável, permitindo situar um termo e estabelecer suas relações no domínio nocional.

2.8 Relação enunciativa

A relação enunciativa, (também referida como SIT 2), é o estágio seguinte no processo de construção do enunciado. Aqui, o sujeito não apenas ordena os elementos da léxi e os predica, mas também os situa dentro de um contexto comunicativo real. Trata-se da inserção da predicação numa situação concreta de interação, que inclui o sujeito enunciador, o sujeito do enunciado, o momento da enunciação, e o tempo a que o enunciado se refere. O sujeito enunciador formula sua fala não apenas com base no que pensa, mas também considerando o que acredita que o outro possa pensar. A relação enunciativa, portanto, é mediada por expectativas, inferências e projeções. É neste ponto que entram as modalidades, pois é preciso ajustar o conteúdo predicado às condições subjetivas da enunciação.

A relação enunciativa é, por isso, um espaço de negociação de valores de sentidos. O que se enuncia é sempre influenciado pelo que se supõe que o outro sabe, ou espera. Logo, A enunciação não é apenas dizer algo, mas dizer algo a alguém, em um tempo e lugar determinados, com uma intenção específica. Dessa forma, podemos dizer que a relação enunciativa é o momento em que a linguagem se torna pública, social. Ela transforma a estrutura interna do pensamento (léxis + predicação) numa forma de discurso partilhável, num “jogo” de sentidos em constante atualização.

CAPÍTULO III

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA E ANÁLISES

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a presente investigação, e também as análises desenvolvidas, explicitando a perspectiva adotada, os critérios de constituição do corpus e os procedimentos mobilizados na análise dos enunciados. Inscrita no quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), esta pesquisa toma o enunciado como ponto de partida para a reconstrução das operações que sustentam as condições de estabilização dos valores.

O corpus foi composto por seis enunciados contendo as unidades “furar” e “atravessar”, selecionados em função de seu rendimento operatório, isto é, de sua capacidade de tornar observáveis diferentes modos de funcionamento dessas unidades. O capítulo organiza-se, assim, em torno dos fundamentos teóricos da pesquisa, da constituição do corpus e dos

procedimentos analíticos que orientam a reconstrução das operações.

3.1 Ancoragem teórica

Esta pesquisa inscreve-se no quadro epistemológico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), formulada por Antoine Culioli, assumindo como princípio que a linguagem deve ser compreendida como atividade. Nessa perspectiva, a análise linguística não se orienta pela identificação de conteúdos previamente associados às unidades, mas pela reconstrução das operações que tornam possível a estabilização local dos sentidos no interior dos enunciados. Como afirma Culioli,

A linguagem, atividade significativa de representação, só nos é acessível por meio de textos, isto é, por meio de agenciamentos de marcadores; esses agenciamentos são o traço de operações.⁵ (CULIOLI, 1999, p. 95)

Nesse horizonte, a metodologia não se configura como um domínio exterior ao aparato teórico, ao contrário, decorre diretamente dessa concepção de linguagem enquanto atividade, na qual representação, referenciação e regulação se articulam de maneira indissociável. Assim, a presente investigação afasta-se, de abordagens centradas na sinonímia ou na polissemia, que tendem a tomar os valores como propriedades relativamente estáveis das unidades. Ao privilegiar uma perspectiva operatória, assume-se que os valores não preexistem aos enunciados, mas resultam das operações que se constroem em cada ocorrência. O contraste com tais abordagens desempenha, portanto, um papel metodológico, na medida em que contribui para explicitar a posição teórica adotada.

Investigar o funcionamento semântico-enunciativo das unidades “furar” e “atravessar” implica, portanto, adotar um percurso analítico capaz de tornar visíveis, a partir dos rastros linguísticos, as operações que sustentam os valores estabilizados para essas unidades. Não se trata de descrever usos tomados como exemplares nem de propor classificações de natureza lexical, mas de explicitar os mecanismos operatórios que organizam essas unidades na atividade de linguagem. Assim, a metodologia deve ser compreendida como um gesto de reconstrução que busca apreender o movimento pelo qual o valor se estabiliza de modo sempre local e provisório.

O enunciado constitui, desse modo, o ponto de partida da investigação, pois é nele que se inscrevem os traços de operações que não são diretamente observáveis. Como observa Culioli (1990) “produzir ou reconhecer um enunciado é construir ou reconstruir agenciamentos

⁵ Texto original: le langage, activité signifiante de représentation, ne nous est accessible qu’à travers des textes, c’est-à-dire des agencements de marqueurs; ces agencements sont la trace d’opérations (Culioli 1999, p. 95)

de marcadores, que são o traço de operações às quais não temos acesso”⁶. Desse modo, a partir do enunciado implica reconhecer que não há acesso imediato às representações nem aos processos que as dão origem.

3.3 Constituição do corpus

O corpus desta pesquisa foi composto por enunciados provenientes de ambientes digitais contemporâneos, especialmente sites de notícias e mídias sociais. Tal corpus não é tomado como realidade dada, mas como recorte construído em função do problema teórico que orienta a investigação. A escolha desse material decorre do fato de que textos em circulação social registram modos relativamente estabilizados de funcionamento da língua, ao mesmo tempo em que expõem deslocamentos que tornam observável a diversidade de modos de funcionamento das unidades linguísticas.

Cada ocorrência é considerada não como dado a ser catalogado, mas como ponto de acesso ao funcionamento da linguagem. Desse modo, a constituição do corpus orienta-se menos por qualquer pretensão de representatividade do que pela busca de ocorrências capazes de evidenciar diferentes modos de organização das unidades investigadas. O interesse analítico reside, portanto, na densidade operatória que cada enunciado oferece, isto é, na possibilidade de observar o trabalho de linguagem que sustenta a estabilização local dos valores.

3.4 Procedimentos de análise

O percurso analítico apoia-se em procedimentos mobilizados nos estudos culiolianos, entre os quais se destacam a reconstrução, a reformulação e a paráfrase. Esses procedimentos não são tomados como técnicas auxiliares, mas como modos de exploração das condições sob as quais uma ocorrência pode se estabilizar no interior de um enunciado. A reconstrução volta-se ao percurso operatório que torna possível a construção do enunciado, buscando explicitar as relações que se organizam entre as ocorrências e os modos de articulação que sustentam a estabilização local do que se constrói. A reformulação consiste em deslocar certos parâmetros da configuração enunciativa, preservando outros, de modo a observar como tais variações reconfiguram as condições de estabilização. A paráfrase, por sua vez, funciona como modo de exploração comparativa, permitindo observar em que medida formulações próximas se sustentam por operações comparáveis ou por reconfigurações distintas.

A mobilização articulada desses procedimentos permite descrever operações de localização e de ajustamento que organizam as relações no interior do enunciado. O objetivo não é fixar um resultado interpretativo, mas tornar visíveis as condições de construção e de estabilização pelas quais as unidades se configuram em cada ocorrência.

Assim, considerando que a atividade de linguagem não é diretamente acessível, a análise exige a elaboração de representações metalinguísticas. Essas representações não pretende

reproduzir o funcionamento da linguagem, mas modelizá-lo de maneira controlada, tornando possível explicitar as relações que se estabelecem entre léxis, relação prediativa e relação enunciativa. Como observa Culioli(1999), um objeto só adquire uma determinação quando é inscrito em um sistema de localização. Desse modo, cada ocorrência é examinada a partir das relações que a tornam localizável no interior de um domínio, buscando evidenciar as operações responsáveis por sua estabilização provisória.

Tal movimento analítico não conduz à fixação de valores estáveis, mas à identificação de regularidades⁷ operatórias. Essas tendências não são tomadas como propriedades das unidades, mas como resultados do trabalho de linguagem que se atualiza em cada ocorrência.

3.5 Análise do funcionamento semântico-enunciativo de furar e atravessar

As análises que compõem este capítulo têm como objetivo explicitar o funcionamento semântico-enunciativo das unidades linguísticas FURAR e ATRAVERSAR, a partir dos princípios teórico-metodológicos da TOPE, de Antoine Culioli (1990, 1999a, 1990b, 2018). Como consequência, o foco das nossas análises está no papel das unidades linguísticas FURAR e ATRAVERSAR no processo pelo qual elas dão corpo/forma a um conteúdo cuja existência não prescinde das unidades linguísticas que o constituem.

Os enunciados que analisamos neste capítulo foram coletados em ambientes digitais contemporâneos, especialmente em sites de notícias (como o portal G1)⁸ e em mídias sociais (X). A escolha por esses espaços se justifica pelo fato de que eles evidenciam uma diversidade de ocorrências de FURAR e ATRAVERSAR, que nos permite observar como os sentidos dessas unidades linguísticas se organizam, se deslocam e se reconfiguram conforme os contextos enunciativos⁹ em que se atualizam. Vejamos, na sequência, os 7 enunciados selecionados para nossas análises:

⁷ Entende-se por regularidade não a repetição mecânica de formas, mas a recorrência de certos modos de organização que permitem reconhecer tendências de funcionamento.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/>

⁹ [...] a contextualização (ou realização) de uma sequência fundamenta-se apenas na natureza e no agenciamento das formas linguísticas que a compõem, independentemente das condições efetivas de seu proferimento, das intenções pressuposta do locutor e das relações de interlocução; focaliza-se, assim, o caráter estável e repetível da contextualização e da interpretação (Franckel, 2011, p. 108).

ENUNCIADO 01:	Homem fura bloqueio policial no Rio e morre baleado por PM
ENUNCIADO 02:	Justiça solta motorista que ‘furou’ sinal vermelho e arremessou outro veículo contra árvore em colisão
ENUNCIADO 03:	Vamos ver se a Gabizinha consegue furar a barreira das quartas dessa vez.
ENUNCIADO 04:	Começaram a furar a parede às 8 da manhã
ENUNCIADO 05:	Imagina atravessar o mundo inteiro andando?
ENUNCIADO 06:	Continue caminhando, e se for preciso atravessar o inferno, que seja de cabeça erguida.
ENUNCIADO 07:	Uma das balas disparadas na direção da professora furou o teto de carro de dentro para fora

Como procedimento analítico, trabalharemos com a atividade de parafraseagem e reformulações de enunciados que possibilitam explicitar o percurso enunciativo e cognitivo imbricado na construção e estabilização temporária de sentido.

3.5.1 Análises

¹⁰**ENUNCIADO 01:** “Homem fura bloqueio policial no Rio e morre baleado por PM.”

O enunciado organiza uma estrutura predicativa do tipo < Alguém furar Algo>, em que o termo “homem” funciona como operador da ação e “bloqueio policial” como o termo que recebe a incidência. O verbo “furar” instaura uma operação de ruptura, marcando a passagem entre um estado de não-ultrapassagem e um estado de ultrapassagem de um limite instituído. Nesse domínio, o bloqueio policial é representado como barreira normativa e institucional, o que produz uma cena em que a ação do sujeito se orienta contra um ponto de contenção, logo, o valor representado não é o de simples deslocamento, mas o de intervenção que altera a estabilidade do limite.

O enunciado é ancorado no espaço “no Rio”, configurando uma cena reconhecida pelos sujeitos enunciadoreis. O termo “bloqueio policial” convoca um domínio regulado por normas estatais, e a escolha do verbo “furar” orienta a interpretação como ato de transgressão. A ação

¹⁰ Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/homem-fura-bloqueio-policial-no-rio-e-morre-baleado-por-pm?utm_source

é validada como intervenção contra a autoridade, pois o bloqueio estabiliza um limite cuja função é impedir ou controlar a circulação. Assim, a referenciação mobiliza a relação entre o sujeito que ultrapassa e o limite institucional que resiste, construindo a referência como gesto de afronta ao controle. Assim, o enunciado articula duas operações encadeadas:

(1.1) “Homem fura bloqueio policial no Rio”

(1.2) “e morre baleado por PM”

Em (1.1), “furar” valida a ruptura do limite, instaurando a passagem como evento completo e configurando o sujeito como agente da intervenção. Em (1.2), a segunda operação reorganiza o domínio ao introduzir a ação do PM, que encerra o processo iniciado pela ruptura. A intervenção da polícia funciona como operação de recomposição da ordem, neutralizando a transgressão produzida no primeiro segmento.

Esse encadeamento permite observar o ponto central da análise: se imaginarmos a ocorrência com o verbo “atravessar” como em:

(1.3) Homen atravessa bloqueio policial no rio e morre baleado por pm

Nessa hipótese, o equilíbrio do domínio se altera de maneira decisiva, pois “atravessar” não convoca ruptura, mas organiza um processo de continuidade e deslocamento dentro de um espaço. Ao mobilizar esse verbo, a cena deixa de ser construída como transgressão e passa a configurar o sujeito apenas como alguém que realiza um percurso. A operação que antes instaurava a quebra do limite deixa, portanto, de nascer do movimento do homem e passa a ser deslocada para a ação do PM, que assume o papel de operador da intervenção.

O domínio, ao ser reorganizado por essa troca lexical, modifica a posição e a função de cada termo no processo, já que o limite policial perde seu caráter de barreira resistente e se converte em simples zona atravessada, enquanto a ruptura emerge no gesto de força do policial que interrompe o deslocamento. Assim, o modo de validação do acontecimento se transforma, porque a cena já não se estrutura como afronta ao limite, mas como deslocamento interrompido por uma ação externa. A regulação evidencia, portanto, que “furar” produz uma cena de enfrentamento direto ao limite institucional, ou a ruptura desse limite que é estabelecido, enquanto “atravessar” não se ajusta ao domínio e desloca a ruptura para o operador que intervém, alterando inteiramente a configuração do processo.

Ainda em relação ao enunciado original se construirmos outras *lexis* o valor das unidades o sentido é estabilizado em outros domínios como em:

(1.4) Homem não fura bloqueio policial no Rio e morre baleado por PM

(1.5) Homem não atravessa bloqueio policial no Rio e morre baleado por PM

Nas duas hipóteses negadas, o domínio se reconfigura inteiramente porque a ruptura deixa de ser estabilizada pelo verbo e passa a ser projetada na ação do PM. Em (1.4), a negação neutraliza a ruptura validada pelo enunciado afirmativo e impede que o limite seja ultrapassado pelo sujeito e impede que o limite seja rompido pelo sujeito, enquanto em (1.5), a negação impede o percurso e elimina qualquer possibilidade de intervenção do sujeito sobre o limite. Em ambos os casos, o ponto de desequilíbrio do processo não é mais instaurado pelo homem, mas pela ação do policial, que emerge como operador único da ruptura. Esses enunciados mostram que a simples alteração da polaridade modifica de maneira decisiva a configuração do domínio, revelando que o valor que se estabiliza para cada ocorrência depende do modo como cada operação se articula na sequência enunciativa.

¹¹ENUNCIADO 2:“Justiça solta motorista que ‘furou’ sinal vermelho e arremessou outro veículo contra árvore em colisão.”

O enunciado organiza uma estrutura com dois processos concatenados:

- “furou sinal vermelho”,
- “arremessou outro veículo contra árvore”

O primeiro estabelece uma operação de ruptura inscrita no domínio normativo do trânsito, enquanto o segundo, amplia a gravidade do acontecimento e intensifica o desequilíbrio instaurado. O valor de furar aqui se estabiliza pela relação que mantém com o termo resistente “sinal vermelho”, cujo papel é instituir a obrigação de parada. Assim, a ação é representada como ultrapassagem indevida de um limite regulador, validando um movimento que contraria uma norma previamente estabelecida.

O domínio se ancora na atuação da Justiça, que retoma os eventos ocorridos para reavaliar sua legitimidade jurídica. A presença de uma instância institucional (“Justiça solta

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2025/08/05/justica-solta-motorista-bebado-que-furou-sinal-vermelho-e-arremessou-outro-veiculo-contra-arvore-em-colisao.ghml>

motorista...”) reconfigura o processo ao inserir o julgamento posterior, que passa a sobrepor-se ao acontecimento inicial. A operação de furar é recuperada como transgressão reconhecida e como ponto de partida para o processo legal subsequente, porém sua interpretação é novamente reorganizada pelo fato de o motorista ter sido solto. A leitura do acontecimento é construída, portanto, em um domínio em que o limite transgredido “o sinal vermelho” é interpretado sob dois ângulos, o jurídico, que lhe atribui peso normativo, e o institucional, que decide não manter a sanção máxima (prisão).

A articulação entre os dois predicados é decisiva para compreender a estabilização do sentido. A sequência “furou o sinal vermelho” e logo em seguida “arremessou outro veículo contra árvore” funciona como intensificação progressiva da ruptura, que passa de uma infração de trânsito para um evento de colisão com consequências graves. Quando introduzida a intervenção da Justiça, o domínio se reorganiza pela avaliação posterior do processo, o que produz uma regulação retroativa, o gesto inicial de ruptura é reavaliado e, de certo modo, desestabilizado como critério único de interpretação do episódio. É nesse ponto que se inserem duas observações essenciais para compreender o funcionamento das unidades neste domínio, se propormos enunciados em um domínio moral distinto por exemplo, como em:

(2.1) “Justiça não solta motorista que furou o sinal vermelho e salvou idosa de atropelamento”

A ruptura validada no enunciado original deixa de ser estabilizada como penalizável, ou seja, aqui a unidade não carrega mais o peso negativo estabilizado no enunciado de origem. Assim, o domínio moral se sobrepõe ao domínio jurídico, neutralizando a negatividade do processo, a finalidade atribuída ao gesto reorganiza as operações, logo, furar deixa de ser interpretado como violação institucional e passa a funcionar como intervenção justificável. Nesse domínio, atravessar pode substituir furar sem alteração significativa do processo: “atravessou o sinal vermelho e salvou idosa...” funciona com o mesmo valor, pois a finalidade positiva sobrepõe-se à natureza da operação. Esse efeito de equivalência não decorre das unidades isoladas, mas do domínio que legitima o gesto.

Deste modo, se modificamos o termo resistente por exemplo, “furou o sinal verde” o domínio se desfaz por completo. “Verde”, como termo, não institui limite, logo, não há barreira a ser rompida, e, portanto, furar perde o valor de ruptura que estabiliza no enunciado original. A operação torna-se estranha porque não há resistência material ou normativa a ser ultrapassada. Em contraste, “atravessar o sinal verde” é plenamente ajustado ao domínio, já que atravessar convoca continuidade e deslocamento. A diferença entre as unidades emerge, assim, da relação que estabelecem com o termo resistente, e não de um valor lexical prévio.

Em síntese, a análise do enunciado (2) mostra que o valor de furar só se estabiliza como ruptura porque “sinal vermelho” funciona como limite institucionalizado. Mudando esse termo, muda-se também a natureza da operação. De modo análogo, quando o domínio é reconfigurado por uma finalidade moral, a oposição entre furar e atravessar perde relevância, e as unidades podem aproximar-se funcionalmente.

¹²**ENUNCIADO 3:** “Vamos ver se a Gabizinha consegue furar a barreira das quartas dessa vez.”

A estrutura predicativa <alguém furar algo> mobiliza o verbo como operador de ruptura, que incide sobre o termo “barreira”. O enunciado, portanto, organiza uma operação projetada, cuja validação ainda não está definida, tendo em vista a construção modal “vamos ver se” que instaura um espaço de suspensão, assim, a ruptura evocada por “furar” não é apresentada como realizada, mas como possibilidade a ser observada.

Essa barreira não é física, mas funciona como elemento resistente no domínio discursivo, ela é o ponto em relação ao qual a operação de ruptura estabiliza valor. O enunciado não descreve um evento concreto, mas constrói a resistência por meio da linguagem e projeta uma operação que pode ou não se efetivar. A expressão “dessa vez” reinscreve a operação como recorrência não-validada. Isso significa que a ruptura já figurou como possibilidade anteriormente, mas não se estabilizou como realização. Assim, “furar” não se organiza aqui como ultrapassagem concluída, mas como ruptura esperada, cuja validação continua em aberto.

A referenciação articula um domínio, no qual “barreira” assume o papel de limite resistente, enquanto “quartas” funciona como localização discursiva do processo projetado. A operação de “furar” só se organiza porque há uma resistência instaurada linguisticamente e sem esse termo resistente, não haveria ruptura possível a ser projetada. A cena enunciativa se constitui, portanto, pelo modo como essas unidades se relacionam, configurando a expectativa de uma ultrapassagem ainda não realizada. Como o enunciado não valida a operação, o valor de “furar” se estabiliza apenas como gesto projetado, e não como realização inscrita no domínio. Assim, a referenciação constrói o enunciado como espaço de expectativa, em que o processo permanece suspenso e ainda não se estabelece como fato validado.

Desse modo o enunciado articula um conjunto de operações que se organizam de maneira encadeada e que mantêm o processo em suspensão. A construção modal “vamos ver se” impede que a operação seja validada, ela funciona como ponto inicial que suspende

¹² Enunciado retirado da rede social (X), disponível no anexo 1.

qualquer conclusão. Em seguida, o verbo “consegue” reforça essa orientação prospectiva, indicando que o processo ainda não se inscreveu no domínio e permanece dependente de uma possibilidade futura. É nesse cenário que “furar” deve estabilizar (de acordo com a expectativa que o enunciado traz com o termo “vamos ver”) como operação de ruptura possível, já que a resistência representada pela barreira é convocada como termo sobre o qual a operação pode incidir, mas ainda não incide. A expressão “dessa vez” reintroduz a operação como recorrência não-validada de “furar”, sugerindo que a unidade já se configurou anteriormente, mas não se estabilizou como realização.

Desse modo, a regulação produz um equilíbrio instável, no qual a operação está convocada, mas não se efetiva, o limite está instaurado, mas não é ultrapassado, o domínio projeta ruptura, mas apenas como possibilidade. Assim, o valor de furar se estabiliza no enunciado não como ruptura realizada, mas dependente de uma validação futura que ainda não se inscreve no domínio discursivo. No entanto em hipóteses enunciativas que partem do enunciado de origem é possível ver a unidade funcionando de outras maneiras como em:

(3.1) “Vamos ver se a Gabizinha consegue atravessar a barreira das quartas dessa vez.”

(3.2) “Vamos ver se a Gabizinha consegue não furar a barreira dessa vez.”

(3.3) “Vamos ver se a Gabizinha consegue não atravessar a barreira dessa vez.”

Em 3.1 a substituição de “furar” por “atravessar” reorganiza a operação no domínio. *Atravessar* convoca continuidade e percurso, e não ruptura. A resistência figurada perde parte de seu caráter de barreira e passa a ser tratada como zona a ser percorrida. Apesar disso, a expectativa de ultrapassagem se mantém, e o domínio continua organizado como processo projetado. O sentido global é preservado porque a estrutura modal (“vamos ver se...”) mantém o processo suspenso e orientado para o futuro.

No entanto em (3.2) a negação reconfigura o domínio. Aqui, a operação de ruptura é reinscrita como recorrência indesejada o enunciado projeta que *furar* é algo que tende a ocorrer, mas que, nessa ocorrência hipotética, espera-se que não se valide. A ruptura permanece como operação subjacente, mas a negação impede sua realização e desloca a expectativa para a manutenção da barreira.

O valor de *furar* se reorganiza como evento a ser evitado, invertendo a orientação do enunciado de origem, que projetava a ruptura esperada.

Já em (3.3) domínio se desajusta. *Atravessar* convoca continuidade, e não ruptura. Negar *atravessar* coloca a operação na zona do não-fazer, o que desfaz a articulação com o termo

“barreira” que no enunciado de origem é atribuído propriedades de ser “superada”, que exige uma resistência para que a operação tenha pertinência. A negação retira o verbo de seu funcionamento próprio e impede que o processo estabeleça relação estável com a resistência discursiva. Assim, a cena não projeta ruptura, nem percurso, ficando apenas como ausência de ação, o que desestabiliza o domínio construído no enunciado original.

¹³ENUNCIADO 4: “Começaram a furar a parede às 8 da manhã.”

O enunciado instaura um processo já iniciado, marcado pela expressão “começaram a”, que desloca a operação de “furar” do plano da projeção para o da realização. A estrutura <alguém furar algo> organiza o verbo como operador de ruptura que incide sobre o termo “parede”, convocado como elemento resistente dentro do domínio. A representação mobiliza dois estados, um primeiro, pressuposto, em que a parede se encontra íntegra, e um segundo, instaurado pela operação, em que a integridade do termo passa a ser modificada. Assim, “furar” se estabiliza como operação transformadora em curso, e não como gesto projetado ou hipotético. A inclusão do marco temporal “às 8 da manhã” fixa o ponto de entrada da operação no domínio, reforçando o caráter processual e progressivo da ruptura iniciada.

Assim, termo “parede” como unidade cuja identidade depende da oposição entre antes e depois da ruptura. É a resistência atribuída ao termo que legitima a operação de “furar”, pois a ruptura só se organiza enquanto tal na presença de algo que se deixa modificar. O enunciado constrói, portanto, uma relação em que o processo já se inscreve no domínio: a parede deixa de ser apenas suporte de incidência e passa a ser elemento reorganizado pela operação. Como a operação é validada como iniciada, o valor de “furar” se estabiliza como transformação efetiva, inscrita no domínio e sustentada pela diferença entre estado anterior e estado emergente.

A regulação organiza o encadeamento entre início, processo e transformação. A expressão “começaram a” instaura o limiar entre não-ruptura e ruptura, constituindo o momento a partir do qual o processo é validado como realizado. A operação de “furar” reorganiza as propriedades do termo “parede”, que passa a integrar um domínio em mudança. O enunciado, ao não indicar o término da operação, delimita apenas o ponto inicial da transformação, configurando o processo como ação contínua e ainda em desenvolvimento. O domínio se encontra, assim, atravessado por uma operação que já ultrapassou o estatuto de possibilidade e

¹³ Enunciado retirado da rede social (X), disponível no anexo 1.

se inscreveu como modificação real do termo resistente. Em reformulações enunciativas a unidade linguística se comporta de forma diferente, como em :

4.1 Começaram a atravessar a parede as 8 da manhã.

4.2 Começaram a atravessar a montanha as 8 da manhã.

4.3 Começaram a furar as montanhas as 8 da manhã.

Em reformulações enunciativas construídas a partir do enunciado de origem, observa-se que a unidade linguística redistribui seu funcionamento conforme as propriedades atribuídas aos termos que compõem o domínio. Em (4.1) a operação convocada pelo verbo não se estabiliza, pois a reformulação atribui ao termo “parede” propriedades distintas daquelas que sustentam o enunciado original. Enquanto em (4) a parede é instaurada como elemento compacto cuja integridade se modifica pela operação de “furar”, em (4.1) a operação convocada por “atravessar” pressupõe continuidade e interioridade, o que não é distribuído pelo enunciado ao termo “parede”. Por isso, a reformulação produz estranhamento: a cena enunciativa não oferece as condições necessárias para que a operação se articule ao termo.

Em contrapartida, em reformulações como (4.2) e (4.3), o domínio é reorganizado de modo coerente com as operações convocadas pelos verbos. A unidade “montanha” pode ser instaurada como termo que comporta tanto a ideia de interioridade (no caso de (atravessar)) quanto a de resistência a ser modificada (no caso de (furar)). Nessas reformulações, o enunciado distribui propriedades compatíveis com as operações mobilizadas, permitindo a estabilização dos valores convocados pelos verbos dentro de cada domínio.

¹⁴ENUNCIADO 5: “Imagina atravessar o mundo inteiro andando?”

O enunciado organiza uma relação prediativa do tipo <Alguém atravessar algo>, na qual a unidade linguística “atravessar” participa da construção de um percurso orientado no interior de uma extensão. O marcador “imagina” intervém na validação da ocorrência ao suspendê-la como realizada, mantendo-a no plano da representação. A relação não se ancora em um domínio previamente configurado; sua estabilização decorre das operações que a tornam possível.

Em ‘o mundo inteiro’ é possível construir uma extensão apreendida como totalidade, sem delimitação interna explicitada pelo enunciado. Essa configuração permite apreender o

¹⁴ Enunciado retirado da rede social (X), disponível no anexo 1.

domínio como quantificado em grau máximo, ao passo que essa totalização participa das condições sob as quais a ocorrência pode se estabilizar. Essa propriedade participa da estabilização de “atravessar” como operação que implica a construção de um percurso ao longo de uma continuidade. O funcionamento da unidade não se organiza pela relação com um limite resistente, mas pela construção de uma extensão percorrível.

A marca “andando” regula o modo de realização do percurso ao bloquear uma leitura pontual da travessia. Ao incidir sobre o processo, essa unidade participa de sua estabilização como progressão ao longo da extensão construída. Assim, a forma interrogativa não opera como solicitação de informação. Seu funcionamento consiste em implicar o coenunciador na construção da ocorrência, reforçando seu estatuto não validado e sustentando sua existência no plano da representação.

Nessas condições, observa-se que “atravessar” se estabiliza sem exigir a instauração de um termo que funcione como barreira. O funcionamento da unidade depende da possibilidade de construção de uma extensão contínua, e não da ruptura de um limite.

Essa configuração torna-se mais evidente quando se observa a seguinte reformulação:

(1.1) “Imagina atravessar a rua inteira andando.”

Nesse caso, a extensão apresenta delimitação explícita, favorecendo a estabilização imediata da ocorrência. Há correspondência entre o domínio construído e o modo de realização do percurso, exigindo menor trabalho de ajustamento para a manutenção da estabilização da relação predicativa.

Tencionando ainda mais o enunciado emerge:

(1.2) “Imagina atravessar o mundo inteiro sentado em uma poltrona.”

Aqui, “sentado em uma poltrona” suspende propriedades frequentemente associadas à realização do percurso. Ainda assim, a ocorrência permanece estabilizável, o que implica uma reconfiguração das condições de construção do domínio. O ajustamento preserva a continuidade implicada por “atravessar”, ainda que sob condições menos imediatas de estabilização.

O contraste entre essas reformulações permite observar que “atravessar” se estabiliza sempre que o enunciado constrói uma extensão suscetível de ser percorrida, mesmo quando as

condições de realização exigem diferentes graus de ajustamento. O funcionamento da unidade não depende de propriedades previamente dadas, mas da possibilidade de configuração de um domínio extensivo.

¹⁵**ENUNCIADO 6:** Continue caminhando, e se for preciso atravessar o inferno, que seja de cabeça erguida.

O enunciado organiza duas relações predicativas articuladas por um procedimento de regulação, no qual a validação da primeira depende das condições de construção da segunda. Em <Alguém continuar caminhando>, projeta-se um percurso orientado por continuidade, cuja estabilização se apresenta inicialmente como possível, uma vez que o processo é construído sem delimitação explicitada pelo enunciado.

Essa projeção é reconfigurada pela sequência “se for preciso atravessar o inferno”. Na relação <alguém atravessar algo>, a unidade linguística atravessar participa da construção de um percurso no interior de um domínio cuja configuração impõe condições mais exigentes de ajustamento para que a ocorrência permaneça estabilizável. A sequência “o inferno” constrói um domínio no qual a continuidade do percurso não é imediatamente assegurada, exigindo reconfiguração das condições de validação da ocorrência. Ainda assim, o funcionamento de “atravessar” não se organiza pela ruptura do domínio, mas pela possibilidade de manutenção do percurso no interior dele.

O procedimento de regulação atua, desse modo, sobre a articulação entre ocorrências possíveis. Caso a travessia se imponha como condição, a continuidade projetada em “continuar caminhando” deixa de se estabilizar de forma direta e passa a depender das propriedades do domínio construído pela relação predicativa com atravessar. Nesse funcionamento, “continuar caminhando” passa a operar como ponto de referência a partir do qual se localiza a eventualidade de “atravessar o inferno”, configurando uma relação de repérage entre as ocorrências. Observa-se, assim, que as condições de estabilização do percurso são redefinidas em função do domínio instaurado.

Na sequência “que seja de cabeça erguida” intervém no modo de realização da travessia ao introduzir uma propriedade que incide sobre o termo sujeito da relação. Essa marca não

¹⁵ Enunciado retirado da rede social (X), disponível no anexo 1.

altera a configuração do domínio nem a operação implicada por “atravessar”, mas regula as condições sob as quais a ocorrência pode ser estabilizada.

Essa diferença de funcionamento torna-se mais visível quando se considera a seguinte reformulação:

(1.1) “Continue caminhando, e se for preciso atravessar a tempestade...”

Nesse caso, “tempestade” constrói um domínio que, embora imponha ajustamento, se apresenta como mais compatível com a construção de uma extensão percorrível. A travessia tende, assim, a exigir menor trabalho de ajustamento para sua estabilização. Diferentemente do domínio associado a “inferno”, cuja configuração impõe condições mais restritivas, “tempestade” mantém de modo mais imediato a propriedade extensiva requerida pela operação de atravessar.

Essa diferença permite observar que o funcionamento da unidade não depende de um único tipo de domínio para se estabilizar. Ao admitir domínios que implicam diferentes condições de ajustamento, “atravessar” evidencia um funcionamento que se organiza pela construção de uma continuidade possível no interior do domínio instaurado pela relação predicativa.

¹⁶ENUNCIADO 7: Uma das balas disparadas na direção da professora furou o teto do carro de dentro para fora.

O enunciado organiza uma relação predicativa do tipo <Algo furar Algo>, na qual “uma das balas” funciona como termo a partir do qual o processo é validado, enquanto “o teto do carro” constitui o termo que recebe a incidência da operação. A construção “uma das” realiza uma operação de extração que singulariza uma ocorrência no interior de um conjunto pressuposto, impedindo sua apreensão como termo genérico e contribuindo para a estabilização da ocorrência como configuração delimitada.

A sequência “disparadas na direção da professora” participa da construção do domínio no qual a relação predicativa se estabiliza. Ao instaurar uma orientação, o enunciado configura

¹⁶ Disponível em: Folha Online - Cotidiano - Professora é baleada em tentativa de assalto na zona sul de SP 09/05/2000 07h44

um vetor anterior à validação de “furou”, de modo que a bala se inscreve em uma trajetória já orientada.

O termo “o teto do carro” funciona como zona de delimitação, operando uma separação entre dois domínios correlatos. Nesse contexto, “furar” estabiliza uma operação pela qual essa delimitação deixa de funcionar como fronteira contínua e passa a ser construída como espessura transponível. Não se trata de atribuir à unidade um funcionamento prévio, mas de observar que é o próprio arranjo enunciativo que coloca essa delimitação em jogo, uma vez que a relação se estabiliza na medida em que um limite é incidido.

Essa organização torna-se mais precisa com a sequência “de dentro para fora”, que exerce papel decisivo na regulação do processo. Essa marcação orienta o percurso ao instituir um domínio interior e um exterior, cuja existência emerge do próprio enunciado. O teto passa, assim, a funcionar como zona intermediária, e a operação validada por “furar” torna observável a passagem de um domínio a outro.

A sequência instaura um repérage que organiza a relação entre os domínios e permite reconstruir o processo como operação que coloca em relação dois domínios construídos no enunciado. O valor que se estabiliza decorre do ajustamento entre orientação, delimitação e incidência, e não de qualquer propriedade previamente atribuída à unidade.

Essa organização torna-se particularmente visível quando se constrói a seguinte lexis:

(1.1) “Uma das balas disparadas na direção da professora atravessou o teto do carro de dentro para fora.”

Com “atravessar”, o domínio se reorganiza, pois a zona delimitadora tende a perder saliência como ponto de resistência e passa a integrar o próprio percurso da bala. O processo deixa de se estabilizar na incidência sobre um limite e passa a ser construído como continuidade de um trajeto orientado.

Enquanto “furar” torna observável o ponto em que a delimitação é tensionada pela incidência, “atravessar” favorece uma configuração mais homogênea do domínio, na qual o teto se inscreve no interior do percurso. A diferença não se estabelece em termos de intensidade, mas no modo como cada unidade organiza a relação entre trajetória e limite.

Observa-se ainda a forma negada:

(1.2) “Uma das balas disparadas na direção da professora não furou o teto do carro.”

Nesse caso, a delimitação recupera seu estatuto de fronteira eficaz, uma vez que a negação impede estabilização da relação entre domínios. A orientação permanece como potencialidade não estabilizada, evidenciando que o valor da unidade depende diretamente da validação da incidência sobre o limite.

3.6 Síntese conclusiva

O conjunto das análises realizadas neste capítulo permite observar que as unidades linguísticas FURAR e ATRAVESSAR não se deixam apreender por um conteúdo previamente estabilizado, tampouco se vinculam a um sentido que pudesse ser descrito como intrínseco. O que os enunciados evidenciam é que o valor dessas unidades se constrói no interior das relações predicativas, em função das operações que tornam a ocorrência estabilizável em um domínio configurado pela própria atividade de linguagem.

Nos enunciados (01) “Homem fura bloqueio policial no Rio e morre baleado por PM” e (02) “Justiça solta motorista que ‘furou’ sinal vermelho...”, observa-se que FURAR se estabiliza na medida em que a relação prediativa constrói uma descontinuidade em um domínio que funciona como limite para a operação. Essa descontinuidade não decorre de propriedades atribuídas ao mundo, mas do modo como o enunciado organiza a relação entre as ocorrências. Quando se propõe uma reformulação como “*furar o sinal verde*”, por exemplo, as condições de estabilização deixam de se sustentar, uma vez que o domínio já não se configura como limite para a operação. Evidencia-se, assim, que o valor não pertence à unidade, mas às condições de construção da relação.

Esse mesmo funcionamento pode ser observado no enunciado (04) “*Começaram a furar a parede às 8 da manhã*”. Nesse caso, a ocorrência é validada como processo iniciado, e FURAR se estabiliza pela possibilidade de instauração de uma descontinuidade no domínio construído por “parede”. Entretanto, quando se propõe a reformulação “*começaram a atravessar a parede*”, a relação tende a não se estabilizar, pois ATRAVESSAR convoca a construção de um percurso em uma extensão, operação para a qual o domínio não distribui condições suficientes. Já em reformulações como “*atravessar a montanha*” ou “*furar a montanha*”, observa-se que o domínio pode ser configurado de modo a tornar ambas as ocorrências estabilizáveis, desde que as propriedades necessárias à construção das operações sejam distribuídas pelo enunciado. O que se evidencia, portanto, é a primazia das operações sobre qualquer hipótese de valor fixo.

No enunciado (03) “Vamos ver se a Gabizinha consegue furar a barreira das quartas dessa vez”, a validação da ocorrência permanece suspensa, mas nem por isso a unidade deixa de apresentar funcionamento. A descontinuidade não é construída como realizada, mas como ocorrência possível, o que mostra que o valor se organiza mesmo na ausência de validação

efetiva. A unidade mantém seu funcionamento porque o domínio é configurado como limite potencial para a operação, confirmando que a estabilização depende das condições de construção da ocorrência, e não de sua realização.

De modo correlato, os enunciados (05) “Imagina atravessar o mundo inteiro andando?” e (06) “Continue caminhando, e se for preciso atravessar o inferno...” permitem observar que ATRAVERSAR se estabiliza sempre que a relação predicativa constrói uma extensão suscetível de ser percorrida. Ainda que a ocorrência permaneça não validada, como em (05), ou subordinada a uma condição, como em (06), o funcionamento da unidade se mantém, pois o domínio é configurado de modo a permitir a construção de uma continuidade. Quando se propõe a reformulação “atravessar a rua inteira”, a delimitação da extensão reduz o trabalho de ajustamento necessário à estabilização, já em “atravessar o mundo inteiro sentado em uma poltrona”, observa-se um aumento desse trabalho sem que a ocorrência deixe de ser estabilizável. O que se torna visível é que o valor não deriva de propriedades previamente dadas, mas do modo como o domínio é configurado na relação.

O contraste entre FURAR e ATRAVERSAR não se organiza, portanto, como oposição lexical, mas como diferença no modo de construção das ocorrências. Enquanto FURAR se estabiliza pela possibilidade de instauração de uma descontinuidade, ATRAVERSAR se organiza pela construção de uma continuidade percorrível. Essa diferença não pode ser atribuída a um conteúdo próprio das unidades, mas às operações que a atividade de linguagem torna disponíveis em cada relação predicativa.

Observa-se, contudo, que a distinção entre FURAR e ATRAVERSAR não se organiza como oposição rígida. O enunciado (07) evidencia uma configuração na qual o domínio distribui condições capazes de tornar ambas as ocorrências estabilizáveis sem produzir desajuste significativo. Nessa situação, as operações associadas às unidades tendem a aproximar-se, não porque compartilhem um valor intrínseco, mas porque a relação predicativa se organiza de modo a tornar compatíveis tanto a incidência sobre um limite quanto a construção de um percurso.

As análises convergem, desse modo, o valor de uma unidade linguística não preexiste à enunciação. Ele se constrói a partir das operações de representação, referenciação e regulação que configuram o domínio e definem as condições sob as quais uma ocorrência pode ser estabilizada. É nesse espaço operatório que as unidades adquirem consistência, o que impede que sejam descritas a partir de um sentido fixo e reafirma o caráter construtivo da atividade de linguagem como descrita na TOPE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido nesta dissertação permitiu reformular uma questão frequentemente tratada de maneira intuitiva nos estudos da linguagem, a saber, a possível sinonímia¹⁷ entre as unidades linguísticas “furar” e “atravessar”. Ao deslocar essa questão para o quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, tornou-se possível observar que as unidades linguísticas que costumam ser apreendidas como proximidade não se sustentam quando as unidades são examinadas a partir das condições que tornam suas ocorrências estabilizáveis.

As descrições gramaticais tradicionalmente reconhecem a existência de unidades tratadas como sinônimas, mas admitem, ao mesmo tempo, restrições que atravessam sua substituição. Como se observa em Bechara (2010) e Cegalla (2008), a alternância entre essas unidades não se realiza de modo indiferenciado, pois envolve diferenças nas condições de construção das ocorrências e na organização das relações que nelas se estabilizam. Essa tensão revela um ponto decisivo para esta pesquisa: ao mesmo tempo em que se afirma a sinonímia, reconhece-se sua instabilidade.

Algo semelhante se evidencia nas abordagens que tratam da polissemia. Ao buscar organizar a variação por meio de listagens associadas às unidades linguísticas, essas descrições acabam por manter o foco na unidade tomada isoladamente, sem explicitar de que modo os valores se estabilizam nas ocorrências. Como problematiza Perini, a dificuldade em delimitar fronteiras entre esses valores indica que a relação não pode ser previamente fixada, uma vez que depende das condições pelas quais a ocorrência se torna interpretável. Deste modo, mesmo no âmbito da semântica formal, em que se busca maior sistematicidade descritiva, a possibilidade de equivalência mostra seus limites quando se considera o funcionamento das unidades no enunciado. A observação de Cançado, segundo a qual não se pode pensar a sinonímia fora das condições que tornam a ocorrência possível, mostrou-se particularmente decisiva para este trabalho, pois permitiu recolocar o problema no plano da ocorrência.

Assim, a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas ofereceu os instrumentos necessários para deslocar a questão inicial. Em vez de buscar uma identidade entre unidades,

¹⁷ A noção de sinonímia é aqui abordada a partir das formulações que a tradição gramatical lhe confere.

passou-se a descrever as operações pelas quais cada uma se estabiliza em um domínio configurado pela própria atividade de linguagem.

As análises evidenciaram uma regularidade. Em enunciados como “homem fura bloqueio policial”, “motorista que furou o sinal vermelho” e “começaram a furar a parede”, observa-se que a estabilização da ocorrência depende da construção de um limite suscetível de incidência. A unidade organiza-se, assim, em torno de uma operação que torna observável uma descontinuidade no domínio. Esse limite não se configura como dado prévio, mas como resultado da própria configuração enunciativa. Quando ocorre a substituição por *atravessar* nessas configurações, a relação tende a se reorganizar, pois a operação deixa de incidir sobre um limite e passa a construir um percurso. Com isso, modifica-se o modo de validação da ocorrência.

Por sua vez, enunciados como “imagina atravessar o mundo inteiro” e “se for preciso atravessar o inferno” mostram que essa unidade se estabiliza quando o domínio se configura como extensão suscetível de percurso. Nesses casos, não se observa a incidência sobre um limite, mas a construção de uma continuidade. A diferença não se explica por um valor prévio das unidades, mas pelo modo como cada uma participa da organização do domínio.

Essa distinção torna-se particularmente visível quando a substituição não produz desajuste relevante, como no enunciado em que “uma bala furou o teto do carro ou atravessou o teto do carro”. Longe de confirmar uma identidade entre as unidades, essa ocorrência mostra que, quando o domínio distribui propriedades compatíveis com ambas as operações, pode emergir uma aproximação operatória. Trata-se, portanto, de uma convergência situada, e não de equivalência.

A polissemia, nesse quadro, também se mostra insuficiente como princípio explicativo, pois a variação observada não remete a uma propriedade previamente atribuída à unidade. O que se torna observável é que os valores se constroem nas relações que tornam a ocorrência estabilizável. Do mesmo modo, a equivalência postulada em modelos abstratos não explica por que a substituição entre unidades reconfigura a própria organização da ocorrência. As análises mostraram que a alteração de uma unidade implica uma redistribuição das relações no domínio, afastando, assim, a hipótese de identidade entre unidades.

O percurso analítico permite sustentar que “furar” e “atravessar” se diferenciam pelo modo como organizam a relação predicativa. Observa-se que “furar” se estabiliza pela incidência que instaura descontinuidade em torno de um limite configurado, enquanto “atravessar” se organiza pela construção de uma continuidade possível no interior de uma extensão. Essa diferença não deve ser compreendida como traço lexical, mas como regularidade de funcionamento.

Ao final deste trabalho, evidencia-se que o problema da sinonímia não se resolve pela busca de identidades, mas pela descrição das operações que configuram as ocorrências. Mais do que aproximar ou separar unidades, trata-se de compreender como a atividade de linguagem organiza diferentes modos de configuração da experiência. É nesse espaço operatório que as unidades adquirem consistência interpretativa e que a sinonímia deixa de se apresentar como um dado, passando a constituir uma questão a ser descrita.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CULIOLI, Antoine. *Escritos*. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2010.
- CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a. v. 2.
- CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b. v. 3.
- CULIOLI, Antoine; PAILLARD, Denis. *À propos de l'alternance imperfectif / perfectif. DRLAV. Recherches Linguistiques*, Paris, n. 36-37, p. 519-533, 1987.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. 2. imp. atualizada com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DALLA PRIA, Albano. *Para um redimensionamento do estudo do adjetivo: uma abordagem enunciativa*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. Aspectos da teoria de Antoine Culioli. In: VOGUÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 87-

101.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a denotação. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Perspectiva, 2002.

KAPLAN, David. **Demonstratives: an essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals**. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John; WETTSTEIN, Howard (org.). *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 481-563.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. rev. segundo o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994

ANEXO 1
ENUNCIADOS DE FURAR E ATRAVESSAR

Marthina Contreras Perez. Vamos ver se a Gabizinha consegue **furar** a barreira das quartas dessa vez. 🙏

Figura 1: Enunciado 3
Fonte: Arquivo Pssoal



Figura 2: Enunciado 4
Fonte: Arquivo Pssoal



Figura 3: Enunciado 5
Fonte: Arquivo Pssoal



o tempo todo. A força vem de quem agradece mesmo quando o caminho é pesado. Continue caminhando, e se for preciso **atravessar** o inferno, que seja de cabeça erguida.

Figura 4: Enunciado 6
Fonte: Arquivo Pssol